



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

André Luiz Torquato Carneiro

**Um passado persistente: o sistema de aviamento na extração madeireira da
Ilha do Mututi, Município de Breves/PA (1978 – 1988).**

Belém / PA
Março 2010

André Luiz Torquato Carneiro

**Um passado persistente: o sistema de aviamento na extração madeireira da
Ilha do Mututi, Município de Breves/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção de grau de Mestre em Ciências Sociais (Sociologia), orientada pelo Prof. Dr. Samuel Sá.

**Belém / PA
Março 2010**

André Luiz Torquato Carneiro

**Um passado persistente: o sistema de aviamento na extração madeireira da
Ilha do Mututi, Município de Breves/PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Sociologia da Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção de grau de Mestre em Ciências Sociais (Sociologia), orientada pelo Prof. Dr. Samuel Sá.

Data: 23/03/10

Banca examinadora

Prof. Dr. Samuel Sá (Orientador)

Prof. Dr. Heribert Schmitz (Co-Orientador)

Prof. Dr. Marília Emmi (Examinadora Externa)

Prof. Dr. Denise Cardoso (Examinadora da Casa)

Prof. Dr. Luis Cardoso (Examinador Suplente)

Belém / PA
Março 2010

A Deus. Aos meus pais, Francisca Pinheiro Carneiro e Antonio Torquato Carneiro (*em memória*). À minha esposa, Rivanúcia Torquato dos Santos Carneiro. Aos meus irmãos, Getúlio Salviano Torquato Carneiro, Clotilde Torquato Carneiro, Maria Clotilde Carneiro Ribeiro, Antonio Daniel Torquato Carneiro, Danielle Torquato Carneiro e a todos os meus informantes.

AGRADECIMENTOS

Do início ao fim, agradeço a Deus e à minha família pela oportunidade dada a mim de trilhar o caminho do conhecimento acadêmico em meio a tantas dificuldades que impedem que muitos possam compartilhar da mesma experiência. Agradeço à Universidade Federal do Pará (UFPA), com seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), por serem os instrumentos da minha formação profissional; ao Programa de Bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundamental para a minha manutenção nas diversas etapas desta dissertação; à Prefeitura Municipal de Breves, através de sua Secretaria de Educação que me deu oportunidade de percorrer, em pesquisa, dezenas de localidades ribeirinhas. Tal oportunidade se configurou em uma inestimável e proveitosa chance não só de colher informações pertinentes ao objeto da pesquisa, mas, sobretudo, de conhecer de perto o modo de vida da população interiorana de grande parte do município; ao Projeto Extracurricular Temático Grupo de Trabalho em Ciências Sociais – Pet/GT/CS e seus membros, em especial os coordenadores, pelo aprendizado que me proporcionaram durante os anos em que participei ativa e regularmente de suas reuniões e atividades e que até hoje me ajudam a ter pensamentos e atitudes diferenciadas sobre a sociedade e para com as pessoas respectivamente.

Dou continuidade aos meus agradecimentos, citando algumas das pessoas que contribuíram fundamentalmente com esse trabalho, convivendo e/ou passando por mim nestes dois anos de trabalho; período em que encontrei e reencontrei pessoas maravilhosas e ainda fiz diversas amizades. Com efeito, inicialmente agradeço aos Professores Doutores Samuel Sá e Heribert Schmitz, meu orientador e co-orientador respectivamente, o primeiro fazendo parte da minha formação profissional e pessoal desde o meu primeiro ano de academia (2002) e o segundo, sendo um grande incentivador e mestre. Juntos foram sagazes na percepção de possíveis e visíveis problemas nesse trabalho, sempre me oferecendo caminhos seguros através de seus conhecimentos. Em seguida, agradeço ao então Secretário de Educação do Município de Breves/PA, Sr^o. Benedito Viana; à Coordenadora Pedagógica do Distrito do Curumu, Srt^a. Ane Marcele Campos; à Coordenadora do ‘Educação de Jovens e Adultos’ (EJA), Sr^a. Vanacy Leão; O Secretário Municipal de Esportes Venâncio Leão e à Servidora da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Srt^a. Ana Santos. A esses, sou grato pela grande ajuda dada ao trabalho ao permitirem, por duas vezes, acompanhá-los em expedições oficiais

da Secretaria, que foram realizadas no Distrito no qual está localizado o meu campo de pesquisa e em outros dois (Macacos e Antonio Lemos).

Agradeço também aos meus tios Lourival Salviano e Enas Salviano pela estadia em suas respectivas casas no período em que estive em trabalho de campo na Ilha do Mututi; aos meus primos, Waldemar Cardoso e Licias Salviano, por cederem suas embarcações gratuitamente para que eu pudesse colher as informações necessária nas mais distantes localidades da Ilha; a todos os meus informantes, pois sem eles não existiriam meios para que essa dissertação tivesse pretensão científica; e por fim aos muitos que aqui não foram citados, mas que de maneira direta ou indiretamente, contribuíram decisivamente para o bom andamento deste estudo. Muito obrigado!

RESUMO

Através de pesquisa empírica junto ao conceito chave *Organização* e a categoria *Sistema de Aviamento*, somados a outros conceitos que perpassaram as suas análises neste estudo (*poder reciprocidade, jogos*), esta dissertação analisa a substituição do contexto extrativista da borracha pelo da extração e beneficiamento de madeira na área de um antigo seringal localizado na Ilha do Mututi, Município de Breves/PA. Com o intuito de experimentar e comprovar a abrangência dos resultados encontrados na Ilha, assim como, para garantir o distanciamento necessário à pesquisa social, a análise foi estendida a outras localidades às quais apresentavam semelhanças históricas em suas formações sociais e econômicas. Neste sentido, buscou-se aferir no âmbito das relações comerciais entre patrões e fregueses, substituições, permanências ou transformações, nesta segunda, da forma de organização anterior. Assim como, os fatores que contribuíram para o surgimento e manutenção desses eventos e as atuais consequências sociais e econômicas resultantes deste novo ou reelaborado modelo de organização na vida dos seus membros.

Palavras-chave: Organização, Sistema de Aviamento, Reciprocidade, Jogos

ABSTRACT

Through empirical research using as key concept of organization and system Aviamento, added to other ones that have permeated the analysis in this study (domination, power, reciprocity, games), this dissertation examines the substitution of a previous context for extraction of rubber by that of processing lumber in the area of a former plantation located on the island of Mututi, municipality of Breves/PA. In order to examine the meaning of the results found in the island. Analysis was extended to other towns which had historical similarities in their social and economic formations. In this sense, we attempted to assess trade relations between employers and customers, replacements, or continuities transformations within, the previous modal as well. As the factors that contributed to the emergence and maintenance of such events and the its social and economic consequences resulting from new or redesigned model of organization in the lives of its members.

Keywords: Organization, System Aviament, Reciprocity, Games

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Desenho que mostra a localização da Ilha do Mututi no Município de Breves/PA..... (pag. 04)

Figura 2: Placa em mármore – Homenagem do prefeito municipal de Breves à câmara de vereadores do município - gestão 1955 - 1959 - Foto: André Torquato - Mar/ 2009... (pag. 22)

Figura 3: Casas de um ex-freguês de Antonio Pequeno, localizadas à margem direita do Rio do Meio na antiga colocação 'Lina', cedida a este pelos herdeiros; ao fundo plantação do fruto Açaí. Foto: André Torquato, março de 2009..... (pag.51)

Figura 4: Pequena embarcação que pratica comercio itinerante (regatão, marreteiro), nos rios da Ilha do Mututi. Foto: André Torquato, agosto de 2009..... (pag.52)

Figura 5: Uma das casas da vila cedidas pelo patrão a funcionários da madeireira que está ao fundo. Com a morte do antigo patrão esta serraria substituiu a 'Cruzeiro'. Foto André Torquato, julho de 2008..... (pag.53)

Figura 6: Ex-freguês do patrão Antonio Pequeno atrás do balcão de seu pequeno comércio localizado na Ilha do Mututi, Rio do Meio. Foto: André Torquato, agosto de 2009.....(pag. 55)

Figura 7: Dois extratores de madeira do Rio Furo do Gil acertando contas com o patrão. Foto: André Torquato, agosto de 2009..... (Pag. 59)

LISTA DE TABELAS

TABELA - 01	Descrição dos informantes citados no texto (pag. 82)
TABELA - 02	Espécies madeireiras extraídas e manufaturadas no período estudado (pag. 83)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade
Pet/GT/CS	Projeto Extracurricular Temático Grupo de Trabalho em Ciências Sociais
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Página

INTRODUÇÃO..... 01

1 – PROBLEMATICA E QUESTIONAMENTOS.....	03
2 – EFETUANDO A PESQUISA.....	08
2.1– Objetivos e Hipótese.....	09
2.1.1 - Geral:.....	09
2.1.2 – Específicos:.....	09
2.2 – Metodologia.....	09
2.2.1 – A pesquisa.....	09
2.2.2 – O Distanciamento.....	10
2.2.3 – Os Contatos.....	11
2.2.4 – Registros.....	13
2.2.5 – Entrevista.....	13
2.2.6 – A Teoria.....	14
3 – ORIGEM E PERMANÊNCIA DE PATRÕES NO MUNICÍPIO DE BREVES/PA.....	16

3.1 – Estrutura organizacional de seringal.....	17
3.2 - O aviamento, o patrão e seus fregueses.....	19
4 - O MAIS ANTIGO SERINGAL DA ILHA DO MUTUTI.....	24
4.1 - A transição da borracha para a madeira.....	27
4.1.1- A serraria.....	28
4.1.2 - O ‘pessoal’ da serraria.....	29
4.1.3 - A serraria para ajudar. A quem?.....	30
4.1.4 - O sistema de aviamento e sua reciprocidade.....	34
4.1.5 - Ainda avia-se.....	36
4.2 – A manutenção da organização.....	38
4.2.1 - Motivos para a manutenção.....	39
4.2.2 - Motivos para cooperar.....	41

4.2.3 - Motivos para jogar I.....	42
4.2.4 - Motivos para jogar II.....	46
5 – O LEGADO DO SISTEMA DE AVIAMENTO.....	49
5.1 - Aos fregueses.....	51
5.2 - Ao patrão.....	55
5.3 - Ao comércio.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65
Usadas no texto:.....	65
Usadas como suporte, consultadas sem inserção no texto.....	67
ANEXOS.....	70
ANEXO I - (ROTEIROS DE ORIENTAÇÕES DA ENTREVISTA).....	70

ANEXO II - (FOTOS).....	74
ANEXO III - (INFORMANTES CITADOS).....	82
ANEXO IV – (ESPECIE MADEIREIRA).....	83
ANEXO V - (RELAÇÃO DE RIOS VISITADOS).....	84

INTRODUÇÃO

A temática surgiu a partir de minha participação como debatedor na apresentação do Prof. Dr.º. Jean Hebette, feita para alunos petianos de Ciências Sociais no Laboratório de História do então Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, no ano de 2005. Ao debater sobre o assunto exposto (*devastação da natureza e condições socioeconômicas de populações da Amazônia sob o domínio de agentes e/ou grupos*), com certa propriedade, por ser membro de famílias que historicamente estiveram na condição de agentes dominantes na Região do Baixo-Amazonas (Salviano, Campos, Torquato), me convenci por intermédio de um comentário incentivador direcionado a mim pela organizadora do evento, Prof.ª. Dr.ª. Wilma Leitão, que este envolvimento familiar poderia culminar na elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC¹ - o que realmente se processou no ano subsequente.

O estudo apresentou a formação social e econômica de patrões e fregueses da Ilha do Mututi, assim como o cotidiano e as relações sociais entre esses atores na lida em seringais que atuaram de forma ininterrupta (através de suas descendências), do final do século XIX até a segunda metade da década de 1970, período no qual alguns destes patrões desdobraram suas atividades para o ramo madeireiro, mantendo com seus fregueses, na medida do possível, as mesmas relações sociais de produção balizadas pelo sistema de aviamento. No mestrado, busquei analisar, através dos conceitos, *organização, poder e reciprocidade*, possíveis substituições, permanências ou transformações nestas relações, bem como fatores que contribuíram para esses eventos. E ainda, resultados sociais e econômicos configurados na área e no cotidiano do patrão e dos fregueses do antigo ‘Seringal Cruzeiro’.

A seleção desta organização se deu por três motivos, são eles: 1) Por ser oriunda da atividade gomífera e ter sido uma das pioneiras no ramo madeireiro da região; 2) por ter sido comandada por meu pai; e 3) Pelo fato de alguns de seus membros já terem participado como informantes da pesquisa anterior.

¹ CARNEIRO, André Luiz Torquato. Resquícios Sociais dos Barracões do Lado Norte da Ilha do Mututi no Município de Breves/PA. Trabalho de Conclusão de Curso – TTC, Curso de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, CFCH /UFPA, Belém, 2006. ‘

O trabalho foi dividido em cinco capítulos, seguidos de considerações finais e anexos como descritos abaixo:

Capítulo 1 - *Problemática e Questionamentos* - serão apresentados embasamentos bibliográficos referentes à formação social e econômica de ribeirinhos amazônicos, a atividade madeireira, ao sistema de aviamento, organização poder e reciprocidade, assim como outros materiais pertinentes ao tema. Para a configuração deste capítulo, foram lidos autores como: Carneiro (2006), O'Dwyer (1998), Barros & Veríssimo (2002), Loureiro (1992), Friedberg (1995), Castel (2006).

Capítulo 2 - *Efetuação da Pesquisa* - serão apresentados a relevância da pesquisa, os objetivos, a hipótese, os caminhos metodológicos e empíricos, e as bases teóricas que ajudaram a construir a ótica do trabalho. Para isso, foram realizadas leituras do trabalho de Flick (2004), que pelas circunstâncias referentes a pertinências e envolvimento familiares no tema e no campo, assim como melindres sobre o trânsito tenso pela região, se mostraram os mais apropriados para a obtenção das informações necessárias a compor esta dissertação. E ainda, autores como: Crozier & Friedberg (1993), Friedberg (1995), Weber (1999), Chazel (1995), Sabourin (2008) citando Temple (1997), Castel (2006) e Sabourin (2008) citando Godbout (2004)

Capítulo 3 - *Origem e permanência de padrões no Município de Breves/PA* - serão apresentadas e discutidas, a partir do final do *I Ciclo da Borracha na Amazônia (1850-1912)*, a permanência por décadas e gerações da estrutura organizacional produtiva para atuações nestas e outras atividades, sendo o ano de 1978, o marco definitivo da transposição da atividade extrativista de borracha para a de extração e beneficiamento de madeira na Ilha do Mututi. O capítulo apresenta ainda a estrutura organizacional existente no local, estendendo-se como exemplo para outras localidades do município, que apresentavam semelhanças na formação social e econômica daquela; e ainda, as origens e persistências do sistema de aviamento difundido nestas, entre outros fatores. Para a discussão teórica deste capítulo, foram utilizados autores como: Weinstein (1993), Sampaio (2002), Santos (1980), Wagley (1977), Carneiro (2006) e Loureiro (1992).

Capítulo 4 - *O mais antigo seringal da Ilha do Mututi* – Serão apresentadas e discutidas a origem, a persistência da organização e a transposição da estrutura organizacional

do passado para a prática de extração e beneficiamento de madeira. Foram apresentados e discutidos também o sistema de aviamento, sua reciprocidade, e a detecção de sua persistência atual em diferenciados modos de financiamentos e adiantamentos de dinheiro ou mercadorias; e ainda, os motivos que levaram à manutenção dessa organização. Como arcabouços teóricos deste capítulo, foram utilizados autores como: Aramburu (1994), Sabourin (2008) citando Godbout (2004) e Temple (1997), Chazel (1995), Weber (1999), Crozier & Friedberg (1993), Friedberg (1995) e Wagley (1977).

Capítulo 5 - *O legado do sistema de aviamento* - serão apresentados e discutidos o fim da organização da Ilha do Mututi e consequências resultantes da prática prolongada do sistema de aviamento entre os atores envolvidos, sua presença atual tanto na Ilha quanto nas Vilas visitadas e na Sede Municipal. Para a construção teórica deste capítulo foram utilizados autores como: Carneiro (2006), Weinstein (1993), Lima & Pozzobon (2005), Loureiro (1992) e Aramburu (1994) citando Miyazaki & Ono (1958). Em seguida, foram apresentadas as considerações finais, os anexos, que entre outros, contêm os roteiros de orientações da entrevista, aplicados aos patrões, aos seus familiares e aos fregueses; e também fotografias que indicam iconograficamente os caminhos e resultados da pesquisa.

1 – PROBLEMÁTICA E QUESTIONAMENTOS

De acordo com Carneiro (2006), a Ilha do Mututi está situada no Distrito do Curumu, Município de Breves/PA, e possui sua cobertura vegetal caracterizada como “matas de várzeas”. Como é inserida em um arquipélago, como apresentada no desenho abaixo, encontra-se banhada por dois grandes "Paraná", são eles: o Canal do Vieira, que banha sua costa norte e o Rio Mututi que banha sua costa sul.

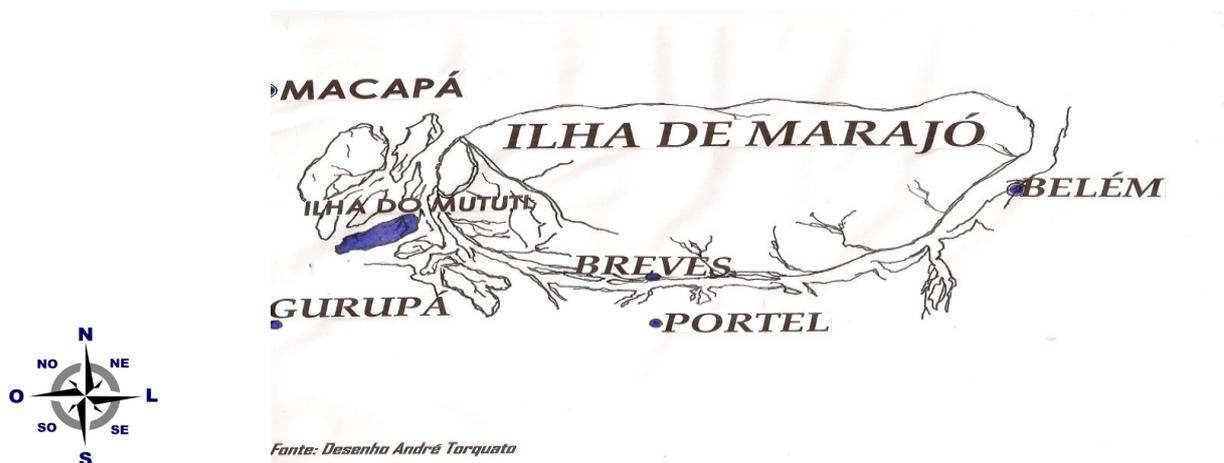


Figura 8: Desenho que mostra a localização da Ilha do Mututi no Município de Breves/PA.

A Ilha possui uma média de 50 mil hectares povoados por moradores de pequenas vilas, e ribeirinhos isolados. Em linha reta, encontra-se a cento e trinta quilômetros da cidade de Breves/PA, a noventa quilômetros de Macapá/AP e a duzentos e oitenta quilômetros de Belém/PA (medidas obtidas através do software Google Earth). Não existem registros oficiais da sua população, tanto no período estudado quanto na atualidade. Porém estima-se que hoje, sua população esteja em torno de mil e duzentas pessoas; muito menor (segundo relatos), do que a apresentada no passado.

O início da povoação mais intensa da Ilha, está relacionada ao *I Ciclo da Borracha (1850 – 1912)*, através do surgimento de uma organização chamada ‘Seringal Cruzeiro’, aproximadamente por volta de 1885.

Ao definir traços que caracterizam uma organização, Friedberg (1995) diz que:

“A expressão *organização* remete, por um lado, a um objeto social, por outro, a um processo social que está no cerne da ação humana... Em termos de uma definição simples, conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins”. (Friedberg 1995, p. 375).

Na visão do autor, *objetos sociais* seriam as empresas, indústrias, partidos políticos, etc. Já os *processos sociais* seriam as ações manifestadas dentro desses objetos por integrantes

associados que visam determinados fins, agindo, a princípio, com observância às regras vigentes no objeto social. Neste sentido, a organização da Ilha do Mututi apresenta-se como um *objeto social* originário do *processo social* criado para a exploração da borracha, tendo na relação de crédito e endividamento chamado de *sistema de aviamento*, a base de seu funcionamento desde aquela época.

Com a crise da borracha de 1912, sem muitas modificações e por quase um século, esta organização preservou-se em atividade, utilizando a mesma estrutura organizacional de outrora, tendo como uma das características mais marcantes, a manutenção de poder e dominação proporcionada, entre outras coisas, pela utilização do sistema de aviamento na relação de produção envolvendo patrão e fregueses. Fato também observado (e objeto deste estudo), quando da substituição desta atividade pela da extração e beneficiamento de madeira ocorrida na segunda metade da década de 1970.

O'Dwyer (1998), estudando áreas de antigos seringais no alto rio Juruá no Estado do Acre, no final da década de 1990, verificou que a atividade madeireira nesta localidade apresentava uma estrutura de rede de créditos e relações que configuravam, em novas bases, o modelo de dominação tradicional estabelecido através do sistema de aviamento, utilizado para a extração de borracha. No entanto, esta transposição de práticas de uma atividade para outra apresentada pela pesquisadora, se deu em um contexto geográfico muito distante do qual aqui foi estudado, porém serve como base para se supor que embora esteja bastante diluída, no que se refere ao passado, essa prática ainda se faz presente até os nossos dias, nas mais distantes localidades do interior amazônico.

Para Barros & Veríssimo (2002), o aparecimento das atividades madeireiras no estuário do Rio Amazonas foi um fenômeno na década de 80, sendo instalados por pessoas locais com pouco capital. Para os autores, o sucesso dessas indústrias deu-se graças ao baixo custo da exploração e do transporte fluvial. No entanto, os desdobramentos do antigo seringal da Ilha do Mututi, para uma organização madeireira no final da década de 1970, válida somente as duas primeiras afirmações dos autores acima, as restantes são parcialmente contrariadas pelo fato de não estarem abordando a origem social dos envolvidos nestas novas atividades produtivas. Com efeito, para este estudo, o sucesso da organização 'Cruzeiro', e de outras correlatas, deveu-se à conservação da estrutura de dominação do patrão em relação aos trabalhadores (como observado nas décadas anteriores), mantida em grande parte, pela

utilização do sistema de aviamento. Tal prática canalizava grande parte dos salários pagos aos funcionários de volta ao patrão, pelo simples fato de continuar sendo o agente que fornecia todos os bens de consumo e instrumentos de trabalho para os seus empregados.

Em viagens de reconhecimento de campo e de pesquisa, efetuadas nos meses de julho/2008, março/2009, junho/2009 e agosto/2009, das cinquenta e nove localidades ribeirinhas visitadas, em cinquenta e seis rios diferentes, trinta e duas possuíam serrarias. Destas, dezessete apresentavam considerável progresso e pujança econômica em relação às outras, e coincidentemente ou não, todas eram oriundas do processo de desdobramento da atividade extrativista da borracha para o da madeira nas décadas de 1970 e 1980, tendo usado no passado (e na atualidade) o aviamento em diversas práticas comerciais envolvendo compradores, fornecedores e funcionários.

Ainda se verificou que mesmo em uma relação de exploração de relações econômicas assimétricas e, portanto conflituosas, coexistiram características de ajuda mútua, no que tange a reciprocidade mantida entre patrões e fregueses dentro da prática do sistema de aviamento. Fato bastante visível no discurso de um informante de 78 anos, ex-freguês do antigo ‘Barracão Santa Maria’, no Rio Pararijó – Breves/PA. Vejamos:

***Informante 01:** “Um bão patrão ajuda i’ muito a gente, deus o livre!... Ele é como um pai pra gente, tudo que a gente percisava ele podendo ele arrumava. Iguarmente nós, né? Nos se virava de todo jêto mas tirava a madrinha que ele queria; e se matava uma paca, um viado, sempre levava um pedaço prê’ele.”*

Quanto a essa verificação, Geffray (2007) considera que a dívida presente no aviamento, prende quantificando as obrigações dos clientes. Os patrões renovam constantemente seu adiantamento no início de cada temporada, independentemente da dívida de seus fregueses. Sua paciência parece infinita, não se importando em manter indefinidamente a dívida de seus dependentes, ao contrário, ainda aumentam seus créditos. Os fregueses se felicitam com a boa vontade para com eles, comovem-se com a clemência dos patrões, quando lhes concedem, a despeito da dívida, utensílios, remédios, alimentos, etc. A cada demonstração de bondade dos patrões, seus fregueses tomam cada vez mais a medida de sua condição de *obrigados*. Segundo o autor, a dívida é portadora deste efeito social: o menor

serviço oferecido pelos patrões aos seus fregueses, mesmo que insignificante, se efetua ao encontro e à custa do sentimento de reciprocidade.

“Os patrões, agentes e beneficiários diretos da exploração, podem assim, aos olhos de suas vítimas, manter uma postura inversa, ou seja, de seres excepcionais, bons e magnânimos. Longe de serem vistos como exploradores, são louvados pela generosidade de seus serviços e presentes... E, à sua maneira o são, desde que a população destinatária de suas generosidades, excluída de todo acesso autônomo ao mercado, lhes obedeça e trabalhe para eles”. (Geffray 2007, p. 41).

Para Castel (2006), a reciprocidade é o princípio pelo qual a produção é dada a outros num espírito de solidariedade. Quer dizer, no marco de uma relação entre pessoas, conscientes de uma comunidade de interesses que leva a uma obrigação moral de apoiar os outros. Portanto, “não se dá para receber, se dá para que o outro dê”. Com efeito, este importante conceito oferece subsídios em concomitância com outros (poder, jogos), para o estudo da origem, manutenção e reprodução das relações sociais existentes na organização em questão.

Quanto à origem e aos resultados do uso prolongado do sistema de aviação na Amazônia, Loureiro (1992) afirma que é resultante da organização das atividades produtivas sob o comando do capital comercial e foi responsável pelo surgimento de uma estrutura social fundada na superexploração dos trabalhadores diretos, na pequena diversificação da estrutura produtiva urbana e rural, portando traços fundamentais de um sistema social altamente concentrador. Finalizando, a autora afirma que desta forma formou-se uma sociedade na Amazônia com milhares de pobres, alguns poucos “*remediados*” e uma minoria rica. Realidade não muito distante da atual configuração social e econômica apresentada pelos atores envolvidos no cotidiano da organização ‘Cruzeiro’ na década de 1970.

Diante do exposto, surgiu o problema de pesquisa: ***De que forma a estrutura organizacional instituída para a extração da borracha se fez presente na atividade madeireira e quais as suas consequências?***

Para o desenvolvimento desta dissertação, fez-se imprescindível averiguar outros aspectos importantes dentro deste contexto:

- Como estava organizado o trabalho nas duas atividades?
- Como se davam as relações de poder no aviamento?
- Quais as tensões e jogos existentes?
- Quais os resultados sociais e econômicos resultantes?

2 – EFETUANDO A PESQUISA

As respostas a estes questionamentos justificam-se por apresentarem a partir do estudo da organização ‘Cruzeiro’, particularidades da formação social e econômica da maior parte da população residente ou oriunda da região do Delta do Rio Amazonas que compreende os Municípios de Gurupá/PA, Breves/PA, Melgaço/PA, Portel/PA, Afuá/PA, Santana/AP e Macapá/AP. Respeitando-se singularidades, todas as suas localidades estiveram envolvidas tanto com a extração de borracha, quanto com a de madeira, fazendo uso do sistema de aviamento como parâmetro comercial e de produção destes produtos.

O trabalho visa contribuir para o conhecimento científico de possíveis resultados sociais e econômicos atribuídos a possível persistência, na atividade madeireira, do modelo organizacional deixado como herança pelo período da borracha na região. Com efeito, de maneira subliminar, chamará atenção para: 1) mazelas sociais resultantes da posse da terra por um reduzido número de indivíduos, que invariavelmente tiram proveito do poder econômico que possuem para explorar os menos favorecidos; 2) a inércia dos Governos em promover reforma agrária na região ou mesmo incentivos à produção familiar, o que deixa esses ribeirinhos desprovidos de suportes técnicos ou meio de escoamento de suas produções que não seja a de um patrão; e 3) para o fato de que a exploração desordenada dos recursos naturais da floresta não serve a uma estabilidade econômica duradoura e lucrativa para os que estão diretamente envolvidos na exploração.

2.1– Objetivos e Hipótese

2.1.1 - Geral: Estudar possíveis persistências na atividade madeireira, de aspectos da organização do trabalho existente na atividade da borracha. Assim como, possíveis consequências sociais e econômicas envolvidas.

2.1.2 – Específicos: Analisar particularidades e semelhanças entre a estrutura organizacional da atividade gomífera e madeireira; observar relações de poder, e em que sentido o aviamento contribuiu para suas práticas; analisar tensões e jogos existentes e avaliar aspectos sociais e econômicos resultantes da desarticulação da organização observada a partir do esgotamento das reservas madeireiras.

A nova atividade, a princípio, não representou nenhuma ruptura nas relações de poder e trabalho presentes na atividade antiga. Por interesse do patrão, a borracha desvalorizada foi substituída pela madeira que apresentava a possibilidade de elevados lucros, contribuindo, ainda mais para a assimetria da distribuição dos benefícios econômicos em seu favor.

2.2 – Metodologia

2.2.1 – A pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas: a primeira consistiu de pesquisas bibliográficas, referentes a temas como a *formação social e econômica das localidades ribeirinhas amazônicas e a atividade madeireira nesta*; e a uma categoria e três conceitos importantes para esta dissertação. Os conceitos e a categoria são: *Organização*, para a compreensão da constituição, manutenção ou reprodução da estrutura organizacional gomífera na exploração madeireira; *Poder*, para a compreensão dos instrumentos utilizados para garantir a prática de exploração do trabalho dos fregueses e defesa destes; a categoria *sistema de aviamento* e seus reajustes do decorrer da história econômica da região amazônica, hipoteticamente responsável pela estruturação de um modo especial de cooperação e pelo crescimento econômico de padrões em detrimento de seus agregados e; *Reciprocidade*, para a compreensão e visualização da promoção e manutenção de valores humanos e ajuda mútua

dentro de uma relação de interdependência visivelmente desfavorável economicamente para um dos lados.

A segunda etapa constituiu-se da pesquisa de campo, concomitantemente com a elaboração de relatórios e a interrelação entre o conhecimento teórico e os dados buscados por intermédio de entrevistas. O que permitiu o desenvolvimento da terceira parte da pesquisa que consistiu na tabulação, sistematização e interpretação dos dados obtidos, configurando-se na elaboração final da dissertação.

2.2.2 – O Distanciamento.

O envolvimento com o objeto estudado e a aproximação com os sujeitos entrevistados no principal campo, foi um “facilitador” para o contato, que desde o início se deu na condição de pesquisador; observando o distanciamento necessário à pesquisa social.

Tavares (1993) considera o distanciamento fundamental. Com ele, o pesquisador não desenvolve sentimentos de pertencimento ao objeto que impossibilite a percepção e a compreensão da realidade estudada. Neste sentido, Durhan (1986) chama atenção para as armadilhas encontradas no processo de identificação subjetiva que podem se estabelecer nesse tipo de investigação, especialmente quando, entrevistador e entrevistado, compartilham um mesmo universo cultural. Para a autora, nesses casos corre-se sempre o risco de começar a interpretar e explicar a realidade pela ótica do informante. Para Velho (1986), esse risco existe quando o pesquisador trabalha com indivíduos próximos, conhecidos, com os quais compartilha preocupações, valores, gostos e concepções. Segundo o autor, quando se decide tomar sua própria sociedade como objeto de pesquisa, é preciso sempre ter em mente que sua subjetividade precise ser incorporada ao processo de conhecimento desencadeado, sem que isso signifique abrir mão do compromisso com a obtenção de um conhecimento mais ou menos objetivo, mas sim buscar as formas mais adequadas de lidar com o objeto de pesquisa. O autor assinala ainda, que o uso de depoimentos colhidos nesse tipo de investigação implica a produção de um texto no qual os recortes das falas, os indivíduos privilegiados, os temas destacados e tantas outras formas de intervenção expressam menos as dúvidas e opiniões dos

informantes que o posicionamento do pesquisador-autor. A preocupação teórica particular deste, referida à formação e aos interesses próprios, estabelece o distanciamento necessário para que seu discurso nunca se confunda com o de seus informantes.

Além dos meios aconselhados por Velho (1986), acima descritos, como forma de garantir o distanciamento e a validade da pesquisa, fez-se triangulação de dados, ou seja, buscaram-se diferentes fontes em lugares distintos onde o fenômeno também ocorreu. Desta maneira, acredita-se ter minimizado erros comuns cometidos quando há envolvimento do pesquisador com o objeto de pesquisa, como por exemplo: supor como (*in*)relevante ou (*in*)verídica uma informação, quando na verdade não o é, ou fazer questionamentos que levem a equívocos por conta do grau de envolvimento do entrevistado com o entrevistador.

2.2.3 – Os Contatos.

A pesquisa de campo envolveu fregueses, patrões e seus familiares, tanto na Ilha do Mututi, quanto em outras localidades interioranas do município, assim como nas cidades de Breves/PA e Belém/PA. Os critérios de seleção dos sujeitos que compuseram o universo da investigação foram baseados em suas vivências e atuações no período de transição da atividade extrativista gomífera para a madeireira na década de 1970.

Na Ilha do Mututi e em Belém/PA, o conhecimento dos informantes facilitou a seleção destes para entrevistas, já nos outros ambientes, a trajetória de vida de um indivíduo que o tornava um potencial informante, invariavelmente, me era repassada pelos entrevistados. Geralmente, fregueses me indicavam seus patrões ou um compadre, um vizinho, um primo, que havia sido (ou ainda era) freguês junto com eles.

A coleta de dados envolveu cinquenta e quatro entrevistados, sendo, quarenta fregueses, nove patrões e cinco familiares de patrões, todos com faixas de idade entre 63 a 92 anos. A coleta foi efetuada em seis campos diferentes, a saber: O primeiro, na Ilha do Mututi, Distrito do Curumu, local onde estava sediada a organização do patrão Antônio Torquato (Antonio Pequeno), onde ainda residem muitos dos seus antigos fregueses e é também onde está localizada a vila e madeireira do novo patrão que o substituiu; neste campo foram

entrevistados vinte e um fregueses e um patrão. O segundo campo foi em localidades do mesmo Distrito, entre elas, a ‘Vila do Lontra’ no Rio Limão, a ‘Vila Ilha da Juliana’ no Rio Limãozinho, a ‘Vila Portosil’, no Rio Socó e a ‘Vila Vista Alegre’ no Rio Curumu; neste último foram entrevistados quatro fregueses e dois patrões. O terceiro campo, a ‘Vila dos Macacos’, no Distrito e Rio de mesmo nome; no qual foram entrevistados cinco fregueses. O quarto campo, a “Vila Antonio Lemos”, no Rio Tajapurú, Distrito de Antonio Lemos; onde foram entrevistados três fregueses. O quinto campo, na sede municipal, onde encontram-se ex-fregueses da Ilha do Mututi e de outras localidades, assim como diversos ex-patrões e seus familiares; neste foram entrevistados sete fregueses, seis patrões e três familiares de patrões. E por fim, o sexto campo, a cidade de Belém/PA, onde reside a família do antigo patrão Antônio Torquato; neste foram efetuadas duas entrevistas.

O estabelecimento do contato na Ilha do Mututi, inicialmente foi difícil. Muitos dos entrevistados não me viam desde a morte de meu pai, ocorrida há vinte e oito anos. Hospedado na casa de um tio materno, nos dois primeiros dias, fiquei sabendo que a minha presença no local provocava desconfiças de toda sorte, entre elas, que eu estaria ali para reaver terras. No terceiro dia, com um barco cedido por um primo, percorri as casas dos antigos fregueses de meu pai, fui sempre muito bem recebido, muito embora, em alguns casos, o contato se desse com uma mescla de desconfiança e desconfiança por parte deles, por conta dos boatos sobre a minha presença na Ilha. Porém, paulatinamente a desconfiança era quebrada quando eu revelava a verdadeira intenção da visita.

Com os patrões e seus fregueses, tanto o da Ilha quanto os das localidades do Distrito do Curumu, próximas a esta, o nome da minha família me abriu portas, não encontrei nenhuma dificuldade no contato e nem equívocos sobre a minha presença. Porém, no terceiro e quarto campo, a dificuldade de contato foi muito grande; a maioria das vilas no Município de Breves/PA tem donos, geralmente um madeireiro; andar por elas sem permissão é quase uma invasão de domicílio. No período da pesquisa nestes campos, equipes do IBAMA e do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade – percorriam a região identificando serrarias clandestinas às margens dos rios e igarapés, “Operação Ínsula”, autuando os proprietários destas com elevadas multas, deixando os ribeirinhos apreensivos frente a desconhecidos. Sob essas circunstâncias, nessas vilas, a minha apresentação era feita pela equipe da Secretaria Municipal de Educação com quem eu estava, ora surtindo efeito, ora

não, no que diz respeito a me concederem entrevistas. Os contatos no quinto campo foram relativamente fáceis, mantidos por indicações de padrões e fregueses já entrevistados. O sexto foi realizado na casa materna, sem nenhuma dificuldade.

2.2.4 – Registros.

Quanto aos instrumentos de registros de informações e observações, foram utilizados, além dos roteiros de orientações da entrevista, caderno de campo, *mp4 player* e máquina fotográfica digital. Quando da utilização destes instrumentos eletrônicos, houve autorização verbal dos informantes.

2.2.5 – Entrevista.

Devido à aproximação com os entrevistados da Ilha do Mututi, ao caráter qualitativo da pesquisa, e ainda, às circunstâncias referentes ao envolvimento familiar no tema, assim como aos melindres consideráveis sobre o trânsito pela região, optamos pela entrevista semi-estruturada centralizada no problema.

De acordo com Flick (2004), o método está voltado para o conhecimento acerca de fatos e processos de socialização e seu objetivo central é aferir os pontos de vistas subjetivos dos entrevistados. Segundo o autor, este método caracteriza-se pela utilização específica de um guia de entrevista, que reúne questões e estímulos narrativos que auxiliam na sequência lógica da narrativa do entrevistado. Com efeito, é invariavelmente utilizado para dar um novo rumo caso a conversa torne-se estagnante ou resvale para um tópico improdutivo.

Para Queiroz (1988), a entrevista semi-estruturada é uma técnica de pesquisa que facilita uma conversação continuada entre o informante e pesquisador, devendo ser direcionada por este de acordo com seus objetivos. Sendo assim, da vida do informante só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no objeto da pesquisa. A autora considera que,

por essa razão, existe uma distinção nítida entre narrador e pesquisador, pois ambos se envolvem na entrevista, movidos por interesses distintos.

Segundo Flick (2004), num questionário de pesquisa centralizada no problema é preciso que se apresentem quatro estratégias comunicativas centrais, por exemplos: 1) A Entrada Conversacional: *Por que você escolheu ser freguês do patrão A? Quando isso aconteceu?* 2) A Indução Geral, que oferece “material” e detalhes do que foi apresentado até o momento: *Me conte com detalhes como isso aconteceu;* 3) A Indução Específica, que aprofunda a compreensão, por parte do entrevistador, refletindo o que foi dito, através de questões de compreensão, confrontando o entrevistado com contradição e inconsistências em seus enunciados. *“Aqui é importante que o entrevistador deixe claro os seus interesses substanciais e seja capaz de manter uma boa atmosfera na conversa.”* (Flick, 2004. p 101).

A pesquisa foi encaminhada com questões e estímulos narrativos para quatro direções norteadas pelos três conceitos e a categoria que dão corpo a esta dissertação, foram elas: 1) para as formas de produção anterior e a existente no período estudado, ou seja, as formas como eles desenvolviam e mantinham suas relações de trabalho dentro das organizações gomíferas e madeireiras. O intuito foi aferir diferenças e similaridades nos dois períodos e a existência de reciprocidade; 2) para a avaliação pessoal da importância ou não da estrutura organizacional balizada pela relação de créditos, para obtenção de ganhos econômicos; 3) para as estratégias de barganhas para com seus respectivos patrões e fregueses representando jogos de poder; e 4) para as condições em que se encontraram no final da década de 1980 quando a organização madeireira em estudo foi desfeita. Assim como, aferiram-se nos entrevistados avaliações pessoais de correlação ou não de sua situação social e econômica atual, com o modo de produção dominante nas organizações.

2.2.6 – A Teoria.

Os conceitos *organização, poder e reciprocidade*, trabalhados através dos marcos teóricos de autores como Crozier & Friedberg (1993), Friedberg (1995), Weber (1999), Chazel (1995), Sabourin (2008) citando Temple (1997), Castel (2006) e Sabourin (2008) citando

Godbout (2004), permitiram em concomitância com outras leituras e a observação *in loco*, revelar, pensar e entender, relações sociais mantidas em espécies de “micro sociedades” existentes em territórios geograficamente delimitados pelas medidas do latifúndio ou influência de um determinado patrão. Nestas sociedades, “reina” o patrão sobre os fregueses. Com leis e costumes derivados da persistente presença do sistema de aviação. Neste estudo, estes “reinos” são descritos como *organizações*, nas quais padrões dominantes e fregueses dominados, historicamente se relacionaram por intermédio de “reciprocidades comerciais”; cada um exercendo sua função de maneira a assegurar, da melhor forma possível, vantagens dentro da relação de interdependência existente entre eles.

Dentro da organização, a despeito da visível vantagem do patrão sobre seus fregueses na relação comercial, os dois atores buscavam a criação e conservação de valores como a amizade, o respeito e a fidelidade entre si. Segundo Crozier & Friedberg (1993), o indivíduo no seu ambiente de trabalho não é movido exclusivamente pela razão econômica. É igualmente motivado por suas afetividades e por suas necessidades psicológicas mais ou menos conscientes.

De acordo com Friedberg (1995), refletir sobre organizações é buscar conhecer os meios pelos quais se estruturam e se estabilizam as ações sociais de um determinado grupo, que está inserido em um ambiente de interdependência. Para o autor, nas organizações encontram-se mecanismos empíricos que estabilizam conflitos e promovem a cooperação e a coordenação. Entre eles, podemos citar o poder ou a dominação. Segundo Weber (1999) o domínio por intermédio da presença de obediências se faz quando há a observância cotidiana das tradições presentes desde sempre e a observância da legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam e exercem a autoridade. Para Chazel (1995) o exercício do poder é manifestado pela utilização de *recursos* (bens, conhecimento, dinheiro, etc.) no curso da interação. Para o autor, esses recursos a que o poder apela, são componentes estruturais desses sistemas sociais. Sua utilização baseia-se na sua distribuição assimétrica e está presente em qualquer estrutura de dominação. Com efeito, os recursos tornam-se ao mesmo tempo, instrumentos do exercício do poder e o meio que permite a dominação.

Crozier & Friedberg (1993) chamam a atenção para a necessidade de um poder como força estruturante para coordenar as ações, porém, um poder entendido no nível das relações dos membros do grupo (nível da ação), portanto, presente através e por intermédio da troca em

ambientes onde as negociações entre os atores configuram-se como uma relação mútua. Sendo assim, a existência do poder está relacionada ao interesse pessoal dos membros do grupo em um objeto comum, o que contribui para o surgimento da interdependência em uma relação desigual, porque nesse processo, um dos atores tem mais vantagens que o outro.

Segundo Sabourin (2008) citando Temple (1997), as organizações que apresentam estas características podem oscilar, dialeticamente, entre duas tendências opostas e, ao mesmo tempo, complementares: uma que corresponde, sobretudo, à produção de valores materiais de intercâmbio e a outra, associada, essencialmente a valores éticos. Em certas condições, permitindo a institucionalização das estruturas que geram esses valores. Contudo, eles não aparecem gratuitamente, devem ser constituídos e socialmente construídos. Eles são, precisamente, gerados e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade em estruturas, não apenas sociais, mas, também, econômicas, que o autor qualifica de “estruturas de reciprocidade”.

Castel (2006) ressalta que a reciprocidade é um princípio, e por seu intermédio a produção é dada a outros num espírito de solidariedade. Para isso é preciso que os sujeitos estejam conscientes da comunidade de interesses que leva cada um a uma obrigação moral de apoiar o outro. Para Sabourin (2008) citando Godbout (2004), a dádiva do outro carrega com ela uma impulsão a retribuir por parte de quem recebe. Assim, a reciprocidade pode ser definida de maneira bem simples: quando um indivíduo recebe algo na forma de uma dádiva, ele tende a retribuir por sua vez. Não se trata em nada de um constrangimento e sim de um modo de se desenvolver e conservar, entre outras coisas, amizades, respeito e fidelidade entre membros de um grupo.

3 – ORIGEM E PERMANÊNCIA DE PATRÕES NO MUNICÍPIO DE BREVES/PA.

Em decorrência da crise da borracha em 1912, Wagley (1977) afirma que muitos seringalistas deram permissão aos seus seringueiros para irem embora. Muitos deles voltaram para o Ceará, outros estabeleceram-se nas terras dos comerciantes como pequenos lavradores e uns poucos supriam a sua existência continuando a extrair borracha e outros produtos, como a

castanha do Pará, que alcançava melhor preço. Dentro deste processo, que retrata a Amazônia como um todo, e que no Município de Breves/PA não foi diferente, muitos pequenos e médios seringalistas permaneceram na região, entre eles membros da família Torquato, donos do ‘Seringal Cruzeiro’. É evidente que a trajetória de atuação deste seringal, no decorrer de décadas e gerações, até se tornar uma organização madeireira não foi a única. A presença em campo demonstrou que a grande maioria dos ribeirinhos e citadinos do Município de Breves/PA descende direta ou indiretamente de comerciantes rurais ou de seringueiros (patrões e fregueses respectivamente), envolvidos com a exploração da borracha no período do chamado *I Ciclo da Borracha (1850-1912)*.

Durante o I Ciclo da borracha, a economia da Amazônia vivia a euforia proveniente dos altos lucros obtidos com a comercialização do produto. Com a crise de 1912 esfriou-se o otimismo e abrandou-se consideravelmente a ostentação econômica existente nos tempos de prosperidade. Segundo Wagley (1977), o sistema comercial existente à época, super desenvolvido e totalmente dependente de concessões de crédito, mostrou-se extremamente vulnerável. Os grandes comerciantes das duas maiores cidades da Amazônia (Belém e Manaus), arruinaram-se devido à crise financeira daquele ano e conseqüentemente, como um “efeito dominó”, os comerciantes rurais e seus seringueiros também foram atingidos. Desta forma, os postos de comércio foram abandonados ou prosseguiram em suas atividades, mas com estoque reduzido. Tal efeito no Município de Breves/PA forçou muitos membros da classe dos patrões a se manterem como antes, mas de forma precária, como bem ilustra o comentário de um dos informantes com 90 anos de idade que lembrou a frase que seu pai costumava repetir. *Informante 02: “depuis da crise de duze [1912] só se via comércio de fundo de paneiro”*, ou seja, com tão pouca mercadoria que cabia no fundo do cesto típico da região. xc

3.1 – Estrutura organizacional de seringal.

O trabalho de campo revelou que no final do século XIX e início do século XX, a estrutura organizacional montada nos seringais do município apresentava-se sustentada por quatro pilares que eram o freguês, o patrão, o regatão e o freguês autônomo. Porém, neste

trabalho, detemo-nos apenas em dois, ou seja, nos que promoveram entre si interações sociais ininterruptas por décadas e gerações, a saber: o patrão e o freguês.

Ao desenhar uma pirâmide social dos envolvidos na produção e no comércio da zona rural do Município de Breves/PA neste período (estendendo-se até os primeiros anos da década de 1980, com poucas modificações após esse período), ela se apresentaria da seguinte maneira: na base da pirâmide estariam os seringueiros, locatários de pequenas extensões de terras com funções pré-definidas para um período anual, qual seja: a extração de borracha no período menos chuvoso do ano (maio a janeiro); a extração de madeira e lenha no período chuvoso (fevereiro a abril); e em concomitância com essas, a “*plantação de roçados*” de milho, feijão, arroz. Na parte superior da pirâmide, encontrar-se-ia o patrão, o dono ou suposto dono da área territorial do seringal. Este era quem locava as pequenas parcelas de sua propriedade aos fregueses (colocações), estabelecendo com o ato uma relação de compromisso e fidelidade mercantil entre si. Ou seja, do freguês para com seu patrão, estava a exercer suas funções anuais, repassar sua produção e se abastecer de gêneros diversos exclusivamente na casa comercial do seringal; do patrão para com o freguês, cabia assegurar condições necessárias aos trabalhos dos fregueses e “comprar” toda a sua produção. E ainda, suprir toda e qualquer necessidade daqueles através de seu estabelecimento comercial ou influência.

Ainda nesta pirâmide, transitando entre a base e o topo, encontravam-se os regatões e os fregueses autônomos. Os primeiros eram comerciantes itinerantes que percorriam as mais distantes localidades, comprando partes da produção dos seringais e abastecendo os comércios dos patrões com mercadorias diversas, e os segundos eram pequenos proprietários de terras com produção extrativista e agrícola de base familiar.

As relações do regatão e do freguês autônomo com a estrutura organizacional principal dos seringais (patrões e seus fregueses locatários) eram fluidas e muitas vezes esporádicas, não havendo a relação de compromisso e fidelidade existente entre aqueles. Ou seja, estes tinham a liberdade de negociar com quem lhes oferecesse melhores mercadorias, preços e condições de trabalho. Sendo assim, a dinâmica de um seringal, bem como os fatores que contribuíam para a sua manutenção e seu sucesso econômico, dependia também da inserção destes atores à rede de interdependência. Com efeito, a pujança econômica de um patrão estava diretamente relacionada ao número de fregueses trabalhando em suas terras, somada à regularidade do regatão em seu porto e ao número de fregueses autônomos sob sua influência. O êxito do patrão

fortalecia a rede e “todos” eram beneficiados, o freguês locatário e o autônomo por encontrarem uma diversidade de produtos e serviços oferecidos pelo patrão e o regatão por fazer bons negócios com o abastecimento ou escoamento de mercadorias do seringal.

A crise de 1912 arrasou o principal negócio dos seringais, mas em muitos casos, não foi suficiente para desfazer a estrutura organizacional acima descrita. Com efeito, por quase todo o século XX, diversas famílias de ex-seringalistas e novos empreendedores locais deram continuidade às mesmas relações de outrora através de pequenas diversificações nas atividades produtivas do município (agricultura, regatão, venda de sementes, produção de açúcar, tijolos, telhas, beneficiamento de palmito, madeira etc.), tanto nos antigos seringais, quanto em novas áreas, definindo e reaproveitando a mão-de-obra de dezenas de fregueses por intermédio do sistema de aviamento.

3.2 - O aviamento, o patrão e seus fregueses.

De acordo com Weinstein (1993), o aviamento foi implementado na Amazônia desde os primeiros contatos dos europeus com os índios e sua origem está intimamente relacionada com a atividade extrativista. Naquele período, a atividade extrativista não exigia grandes investimentos em dinheiro e adequava-se à falta de mão-de-obra na região e à baixa fertilidade do solo para a agricultura, além da inutilidade das moedas européias para a maioria dos empregados pela empresa extrativista, facilitando a permuta direta entre mercadorias. Desde o início da colonização da Amazônia, esta permuta vinha esboçando um regime de crédito comandado por comerciantes baseados em Belém/PA. Estes supriam de mantimentos a empresa coletora das “drogas do sertão” para receber em pagamento, ao fim da expedição, o produto recolhido no interior amazônico. Essa modalidade de financiamento, segundo Santos (1980), ficou conhecida com o nome de aviamento, uma espécie de crédito sem dinheiro que seria o embrião de um grande mecanismo que pôs a funcionar toda a economia amazônica da fase da borracha.

O grande mecanismo citado pelo autor possuía suas engrenagens bem azeitadas e definidas. Na época, em que a borracha alcançava grande valor comercial no mercado

internacional, grandes bancos estrangeiros instalados em Belém/PA financiavam as casas aviadoras da cidade. Com o crédito, estas importavam mercadorias do exterior ou do sul do país e, via navios, abasteciam os seringais do interior. Estes, por sua vez, repassavam as mercadorias aos seus seringueiros. Em movimento contrário a essa sequência de crédito, a borracha era entregue pelos seringueiros na sede do seringal sendo repassada às casas aviadoras que, por sua vez, exportavam o produto para quitar suas dívidas com os bancos ou com os estabelecimentos comerciais com quem negociavam fora da Amazônia.

Em grossos traços esse foi o desenho da estrutura clássica do sistema de aviação, uma sequência de crédito que movimentou a economia e estruturou as relações sociais e econômicas do período da borracha. A eficácia deste sistema no controle da produção extrativista fez com que ele não fosse esquecido por um longo tempo, como bem lembra Santos (1980) em seu livro escrito entre os anos de 1973 a 1977, afirmando que persistia naqueles dias, se bem que modificado e com importância atenuada em relação aos primeiros anos do século XX.

Para Sampaio (2002), a persistência desta relação no interior da Amazônia é explicada por se concretizar como alternativa de integração ao mercado financeiro e de produtos capitalistas em uma realidade caracterizada historicamente por unidades de produção dispersas, com precárias estruturas de escoamento e comunicação. Enquanto para Santos (1980), esse tipo de organização tende a se repetir em toda área econômica, na qual as seguintes características estiverem presentes:

“1 – Base de recursos naturais espacialmente ampla e de difícil acesso; 2 – Atraso das técnicas de produção; 3 – Índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo ; 4 – Presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras – ou de agentes capazes de virem a exercê-las; 5 – Ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito; e 6 – Demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área”. (SANTOS, 1980: 155)

Das cinquenta e nove localidades visitadas, todas apresentavam as características acima descritas por Santos. No entanto, no que se refere à presença de lideranças mercantis locais,

proprietários de grandes extensões de terras habitadas por dezenas de fregueses, aos quais se impunha a relação do aviamento nos moldes do passado, não se constata mais na atualidade, senão, alguns resquícios em áreas onde poucas famílias complementam ou simplesmente retiram seu sustento através da exploração madeireira nas terras de um pequeno madeireiro ou latifundiário. No primeiro caso, trata-se das antigas famílias de seringalistas que, no decorrer dos anos, diversificaram suas atividades e partiram do interior ou arruinaram-se economicamente, quando a economia mais ampla não lhes deu condições de manter as mesmas relações de outrora. O segundo versa sobre novos atores que reproduzem esta relação pelo fato de desconhcerem outro modo mais lucrativo de comercialização.

Por várias décadas do século XX, a riqueza e o prestígio de uma família brevese estavam diretamente relacionadas ao tamanho de suas terras e ao número de fregueses nela trabalhando. Na atualidade, é possível constatar a presença de muitas dessas famílias na memória e no cotidiano de diversos munícipes, pelo fato de alguns de seus representantes ainda ocuparem posições sociais privilegiadas no município, seja por condições econômicas, políticas, ou simplesmente por tradição. Como exemplos, podemos citar quatorze famílias catalogadas na pesquisa de campo. São elas, com suas respectivas bases iniciais: Salviano, Campos e Câmara (rio Furo do Gil), Amorim e Castelo (rio Mututi), Machado (rio Socó), Dias (rio Jacaré Grande), Furtado (rio Aranaí), Maia (rio Tajapurú), Gabai e Custódio (rio Buiussu), Felix e Nascimento (rio Mapuá) e Bordalo, que apesar de estar radicada no rio Piriá, Município de Curralinho, possuía grande atuação econômica e social no Município de Breves/PA, pois assim como a família Gabai, foi por várias décadas financiadora de diversos patrões, regatões e fregueses autônomos da região.

Nas décadas de 1950 e 1960, algumas dessas famílias despontavam política e economicamente no cenário municipal, em grande parte pelo fato de possuírem elevado número de eleitores cativos (fregueses) e importantes reservas madeireiras em plena exploração. Ou ainda, por exercer grande influência econômica sobre outros patrões e fregueses autônomos.

Na década de 1950, em homenagem ao poder legislativo municipal, o então prefeito de Breves/PA, Américo Brasil, mandou confeccionar uma placa em mármore onde foram gravados os nomes dos vereadores e suplentes de vereadores da gestão 1955 – 1959. A placa está afixada desde aquela época no prédio da atual Casa da Cultura do Município e antiga

Câmara Municipal. Nela podemos perceber quais eram essas famílias (Felix, Maia, Castelo, Furtado, Salviano e Campos). Quanto às outras famílias citadas (Gonçalves, Santos, Neves, Pena, Silva, Frazão, Barros, Duarte, Alves), não se obteve conhecimento confiável sobre suas condições sociais e econômicas.



Figura 9: Placa em mármore – Homenagem do prefeito municipal de Breves/PA à Câmara de vereadores do Município - Gestão 1955 - 1959 - Foto: André Torquato - Mar/ 2009.

Nas décadas de 1960 e 1970 essas famílias (exceto os ‘Felix’), juntamente com muitas outras do município, instalaram suas primeiras serrarias. Em suas terras podiam se encontrar muitas espécies de madeira espalhadas pelas diversas colocações onde moravam os seus respectivos fregueses. Entre elas, estavam a virola (*Virola surimamensis*), a andiroba (*Carapa guaianensis*), o anani (*Symphonia globulifera*), a macacaúba (*Platymiscium filipes*), a pracuúba (*Mora paraensis*), o pau-mulato (*Callycophyllum spruceanum*), e a Maçaranduba (*Pouteria sagotiana* Eyma), entre outras bastante utilizadas na construção civil ou para a confecção de móveis.

A extração e venda destas madeiras pelos fregueses a seus patrões obedecia aos mesmos critérios de comercialização de outrora, ou seja, através do sistema de aviamento. Neste sentido, o freguês locatário percorria as matas, catalogava as espécies comercializáveis existentes em sua colocação, informava ao seu respectivo patrão da presença e quantidade de determinadas espécies e, se fosse do seu interesse, financiava mercadorias necessárias ao

sustento do freguês e sua família durante o período em que ele estivesse envolvido na atividade da extração e transporte das toras até o porto da serraria. Neste processo, era corriqueiro, como na borracha, o fato de que no momento de confrontar o valor total da madeira retirada, com o valor das dívidas contraídas com seu patrão, que o freguês se mantivesse endividado. Desta forma, a comercialização da madeira rendia bons lucros para os patrões, pois a matéria prima lhes saía praticamente de graça e, mesmo que fosse paga aos fregueses, certamente grande parte do dinheiro voltaria às suas mãos pelo fato de serem os únicos a possuírem meios de transporte e casas comerciais nas distantes localidades do município. Com efeito, a maior parte dos lucros obtidos pelos patrões era investida em equipamentos madeireiros, novas serrarias, embarcações, construção de vilas operárias, estabelecimentos comerciais madeireiros em centros urbanos etc.

O que chamava a atenção nessa prática, onde perceptivelmente o freguês foi explorado ao extremo por essas famílias, era a manutenção de uma moral que ligava patrão e freguês por laços firmes de amizade, compromisso e fidelidade entre si. Disfarçando grande parte da exploração (característica que abordaremos especificamente mais adiante). Para Aramburu (1994), essa moralidade se transformou num grande enigma que a maioria dos autores encontrava na prática do aviamento. Para o autor, a fidelidade comercial do freguês é um termo de uma relação, cujo outro termo são as obrigações morais que os patrões têm para com seus clientes em casos de dificuldade. Neste sentido, o informante abaixo, ao ser indagado, se em sua opinião, a relação comercial dele com o seu patrão era justa, ele respondeu da seguinte maneira:

Informante 03: *“Seu homem, pra mim eu achava que era justo... eu achava que era justo, porque nós trabalhava tudo certinho com ele, né? E ele comigo! Nunca deu confusão... O meu coisa de trabalhar era trabalhar diritinho com o patrão que, quando na hora que eu precisasse; ele prontamente!”*. Ao ser perguntado sobre o que era “ser direito” com o patrão ele respondeu: *Sê dirêto é comprar, trabalhar e pagar o patrão; levar o patrão pra frente e ele levar a gente pra frente, né?*

Aramburu (1994) considera que esta relação é um tipo de relação social central na vida do interior amazônico, pois não só possibilita a existência de produção mercantil, mas constitui uma relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe prescrições morais de ajuda aos fregueses em casos de perigo (doenças, carestias etc.) em troca de uma relação comercial

monopolista. Característica primaz do sistema de aviamento, o que Wagley (1977) definiu como uma prática comercial bastante desenvolvida e totalmente dependente de concessões de créditos.

4 - O MAIS ANTIGO SERINGAL DA ILHA DO MUTUTI.

Nas três últimas décadas do século XIX houve a implantação dos primeiros seringais na Ilha do Mututi. Segundo Carneiro (2006), neste período, famílias proprietárias de grandes, médias e pequenas casas comerciais localizadas em Belém se apossaram oficialmente de terras devolutas pertencentes ao Estado, muito embora essas terras estivessem ocupadas há anos por caboclos em toda a Amazônia. Foi o caso da família ‘Cardoso’, que por volta de 1885, chegou à Ilha do Mututi. Com efeito, a família instalou o ‘Seringal Cruzeiro’ que anos depois, por união matrimonial, passaria a membros da família ‘Torquato’.

Ainda de acordo com Carneiro (2006), a chegada da família ‘Cardoso’ à localidade, transformou a rotina de caboclos e índios (família ‘Coroca’). A distância dos centros urbanos e a falta de meios de transportes faziam com que, naquela época, a comunidade de poucos homens, com graus de parentesco muito próximos, fosse estanque e tivesse uma produção agrícola e pesqueira voltada para a subsistência. Com a inauguração do seringal, a localidade se tornou mais dinâmica, muitos nordestinos trazidos pela família ‘Cardoso’ passaram a morar na região, transformando consideravelmente a paisagem natural, a produção e o comércio da localidade. Produtos que antes eram raros para os nativos (ferramentas de trabalho, gêneros alimentícios, vestuários, etc.) que antes eram raros para os nativos, agora podiam ser vistos e estavam à disposição de muitos, a um preço altíssimo. Porém, desconhecidos até o momento de tomarem consciência do trabalho necessário para sanar a dívida com o credor.

Diante de tal consumo, em poucos meses, os homens estavam enredados pelas dívidas provenientes do sistema de aviamento. O que fez deles e, de suas gerações, homens endividados e produtores de riqueza (*fregueses*) para os donos dos seringais (*Patrões*).

Aos modos da família ‘Cardoso’ surgiram outras. Assim, no início da terceira década do século XX, a parte da Ilha composta pelos rios da Direita, do Meio e Furo do Gil, este último também conhecido como “rio dos Cearenses”, contava com a presença de seis casas comerciais instaladas em pontos estratégicos dos mesmos. Eis o nome dessas casas, com seus respectivos donos: o Barracão Cruzeiro, agora sob o comando dos irmãos Torquato (Antônio, Errasuris,

Clotilde); Barracão Santa Cruz, propriedade de Pedro Salviano; Barracão Condado, propriedade de José Salviano; Barracão Floresta, propriedade de Francisco Campos; Barracão Redenção, propriedade de Manoel Câmara; Barracão Santa Rita, propriedade de Modesto Bastos; e, em outra extremidade da ilha, mas próximo destes, o Barracão Santa Maria de propriedade de José Barros de Sá. Cada um representando o único e exclusivo entreposto comercial de uma determinada área territorial, na qual residiam em média, vinte famílias de fregueses.

No final da década de 1970, muitas dessas casas comerciais ainda estavam em pleno funcionamento, com poucas mudanças na estrutura organizacional que garantia a produção obtida dos seus respectivos fregueses. Era o caso do ‘Barracão Cruzeiro’, que neste período continuava monopolizando através do aviamento toda espécie de compra e venda efetuadas em suas terras. No início da década de 1980, estas terras mediam algo em torno de dez mil hectares² e estavam povoadas por aproximadamente seiscentas pessoas (fregueses).

A posse da terra com um considerável número de fregueses e recursos naturais, somados à prática comercial monopolista balizada pelo sistema de aviamento, permitiu ao patrão instalar uma serraria (1978), cuja madeira processada era retirada exclusivamente de sua propriedade. Antes desse período, o foco de atuação dos fregueses era prioritariamente a produção de borracha e látex e, secundariamente, a agricultura em ‘roçados’. Antes, a madeira era retirada esporadicamente e vendida em toras pelo patrão para compradores diversos. Com a instalação da serraria, a madeira foi apenas mais um produto requisitado pelo patrão. Mas aos poucos, ela foi superando a importância econômica dos outros dois produtos (borracha e látex), entretanto, sem proporcionar o fim imediato de suas comercializações.

² A identificação do tamanho correto é prejudicada pela falta de documentações oficiais com medidas precisas; as terras eram adquiridas invariavelmente de proprietários que também não dispunham desse tipo de documentação. Desta forma, a maioria das negociações era reconhecida simplesmente pelo ato de um aperto de mão sobre um papel comum usado como recibo, onde se descreviam os limites das terras, o valor da transação e o nome de três testemunhas.

A pirâmide organizacional da produção após a inauguração da serraria, na área pertencente ao patrão Antônio Torquato, se apresentava da seguinte maneira: na base da pirâmide estavam os seus fregueses, membros de famílias locatárias de pequenas extensões de

terras com funções também pré-definidas para um período anual, quais sejam: aos mais jovens e robustos estava definida a função de extração de madeira, principalmente no período chuvoso (fevereiro a abril); aos mais idosos, a extração de borracha no período menos chuvoso do ano (maio a janeiro); e, em concomitância com essas, sob a responsabilidade de toda família, a lida em ‘roçados’ de milho, feijão, arroz e outros. Na parte superior da pirâmide encontrava-se o patrão, o dono da terra e, que assim como no passado, locava as pequenas parcelas de sua propriedade aos fregueses (colocações), estabelecendo com o ato uma relação de compromisso e fidelidade mercantil entre si. Com efeito, o compromisso e a fidelidade entre eles continuaram como outrora, ou seja, ao patrão cabia fornecer as condições necessárias aos trabalhos dos fregueses e “comprar” toda a sua produção. E ainda, suprir toda e qualquer necessidade destes através de seu estabelecimento comercial ou da sua influência. No que se refere aos fregueses: exercer suas funções anuais, repassar sua produção e se abastecer de gêneros diversos, exclusivamente no comércio do patrão.

Com a morte de Antônio Torquato, em abril de 1982, sua irmã e sócia Clotilde Torquato Cardoso (Dona Coló), assumiu a organização. Meses depois, grande parte das terras foi vendida e uma pequena parcela foi cedida a antigos fregueses. Nas posses vendidas, em muitos casos, os compradores “adquiriram” além das terras, também os fregueses residentes há décadas naquelas localidades. Sem ter para onde ir, nem com quem negociar, esses fregueses aceitaram tacitamente manter, com os novos donos da área, a mesma relação que havia com seu antigo patrão. Podendo assim, permanecer no mesmo lugar sem nenhum problema, a menos que viessem a desviar para terceiros os produtos extraídos da floresta.

Os fregueses que ficaram com pequenas parcelas de terras tiveram pela primeira vez a liberdade de negociar livremente os produtos extraídos delas. No entanto, em muitos casos, esses produtos não foram suficientes para manter a sua família, forçando-os a tornarem-se empregados ou extratores de madeira da família que assumiu a serraria ou de outras famílias da região.

A persistência deste tipo de relação de produção, balizada pelo sistema de aviamento, a posse de grandes extensões de terras por parte de patrões e a “passividade” de um considerável número de homens, sob domínio, configuram-se como as características mais gerais e marcantes das organizações madeireiras surgidas de seringais no Município de Breves nas décadas de 1970 e 1980. Sobre o aviamento, Loureiro (1992) afirma que da organização das

atividades produtivas sob o comando do capital comercial na Amazônia resultou esta forma peculiar de organização e predominantemente na fase da economia da borracha; fato esse que apresentou uma dupla face: constituiu-se numa linha de crédito ao produtor direto (*freguês*) intermediado por diversos agentes (*patrões, regatões*) que se apropriam do trabalho daquele; por outro lado, constituía-se como uma relação de trabalho entre seringueiros, colonos e outros, com os diversos aviadores. Quanto à “passividade” dos fregueses frente à dominação exercida pelos seus respectivos patrões, é esclarecedora a explicação de Weber (1999) sobre fenômenos correlatos, a partir do conceito de dominação tradicional. O autor define este tipo de “obediência” como sendo a observância cotidiana das tradições vigentes desde sempre e a observância da legitimidade daqueles que em virtude dessas tradições, representam a autoridade. Ou seja, durante décadas e gerações, a figura do patrão esteve presente em diferentes posições, nos jogos e nos conflitos resultantes da rotina diária desses homens. Desta forma, inicialmente podemos concluir que na Ilha do Mututi, desde cedo, o patrão foi “nomeado” pela tradição em ter a posse de terras e capital, para ter poder sobre os outros em virtude destes fenômenos serem uma constante desde o início da formação social e econômica da Ilha.

4.1 - A transição da borracha para a madeira.

A introdução do ramo madeireiro no antigo ‘Seringal Cruzeiro’, na década de 1970, foi pensada e posteriormente catalisada, graças a conjunturas específicas encontradas neste período. Entre as mais importantes estão: a) A necessidade de substituição da comercialização da borracha por um produto mais valorizado; b) A posse de grandes extensões de florestas inexploradas até então; c) A presença, nessas florestas, de elevado número de homens à disposição para o trabalho em conformidade com a prática do sistema de aviamento, e; d) a presença de um financiador que garantiu a instalação da serraria.

Com o funcionamento da serraria, inicialmente houve um considerável revigoramento no comércio, uma sensível reelaboração nas relações de trabalho entre o patrão e seus fregueses e profundas mudanças no ritmo de vida anteriormente observado. Na Ilha, e em praticamente todo o Município de Breves/PA, quanto mais visíveis fossem essas mudanças, maior era o

poder de influência dos patrões sobre seus agregados. Pois, a transição da atividade extrativista da borracha para a de extração e beneficiamento de madeira foi caracterizada pela manutenção integral da prática e dos valores humanos forjados no sistema de aviamento. Muito embora, com os anos, essa forma de relação comercial tenha se descaracterizado (esfriamento destes valores), permanecendo apenas as características que levam ao maior lucro por parte do patrão (concessão de créditos ou adiantamentos diversos para serem pagos com produções), que ainda representa, na maioria das vezes, umas das poucas alternativas de trabalho para os ribeirinhos brevenses da atualidade.

4.1.1- A serraria.

A instalação da ‘Serraria Cruzeiro’ (1978), trouxe profundas transformações nos ritmos de trabalho e de vida, tanto dos fregueses, quanto do patrão. A primeira delas e a mais lembrada pelos ex-fregueses, foi o aumento da carga horária de trabalho. O serviço de extração de madeira era muito difícil e demorado em comparação ao da borracha e, com efeito, necessitava-se de dias e muita mão-de-obra envolvida para se obter uma boa produção. Com o tempo, seguiram-se diversas mudanças, entre elas algumas que reordenaram aspectos geográficos e sociais da antiga organização extrativista. Anteriormente, no período da borracha, as casas dos fregueses estavam localizadas nas cabeceiras de igarapés da região, distantes da casa do patrão e eram feitas de troncos de palmeiras e emparedadas com palhas. Com a nova atividade, eles passaram a morar nas margens de rios maiores ou na vila operária, em ‘casas de tábuas’ financiadas pelo patrão. A construção da vila operária, ao lado da serraria, representou para a localidade uma das maiores mudanças trazidas pela nova atividade; na vila encontrava-se o comércio sempre reabastecido; um campo de futebol criado a partir dos rejeitos da produção da serraria, em especial a serragem; um salão de festa que funcionava aos finais de semana e outras datas comemorativas; uma igreja católica; um posto de saúde; uma escola; e a maior novidade até então, a eletricidade. Gerada por um pequeno “*motor de luz*”, movido a óleo diesel que era ligado por volta das 18 horas, permitindo a iluminação do interior e da frente das casas, por um período diário de aproximadamente quatro horas.

4.1.2 - O 'pessoal' da serraria.

Segundo um informante, essas mudanças podiam ser observadas em todas as localidades, onde se instalavam serrarias e, invariavelmente, provocavam disputas veladas entre patrões de um rio e de outro na tentativa de ostentar maior pujança econômica na região. Tais disputas podiam estar na produtividade da serraria, no tamanho da vila e na diversidade de seus atrativos, na velocidade ou capacidade de carga de barcos ou lanchas, na competência do time de futebol ou no consumo em festas promovidas anualmente em diferentes localidades do município. A superioridade, em especial neste último quesito, trazia ao patrão um status estendido aos seus fregueses, que juntos eram conhecidos na região como 'o pessoal', ou seja, os moradores ou trabalhadores de uma determinada vila ou rio, sob influência de um patrão.

Na atualidade, é comum no Distrito do Curumu, assim como em todo município, ouvirem-se relatos do passado que se alternam entre ostentação, violência e agressividade do 'pessoal' dos Salviano, dos Campos, dos Dias, dos Amorim e outros. Para o informante abaixo, esse tipo de disputa entre patrões beneficiava-os, pois incentivava os seus fregueses a produzirem cada vez mais para manterem o prestígio local do 'pessoal', veja o relato abaixo:

Informante 04: “ *Todo tempo teve disputa entre o pessoal de uma serraria e outra, todo mundo queria que a sua vila fosse a melhor, mas isso dependia da produção da serraria... Quando tinha torneio de futebol, era com os times das vilas; quem ganhava levava um boi, cerveja, dinheiro... era aquela alegria! Nas festas, às vezes tinha muita confusão entre o pessoal de uma vila e outra, uns queria ser melhor que os outro, arrematando leilão de bolo ou frango que dava pra comprar um boi. Olha, mais isso servia pros patrão, tu sabia? os freguês se matavam de trabalhar pra quando tivesse um festa eles pudesse se mostrar mais que os outro. ... e os patrão ainda falavam borá trabalhar que na festa tal a gente não pode perder pros fulanos. Os bestas iam na corda e se matavam trabalhando.*”

A descrição acima se refere a um período posterior ao surgimento das primeiras serrarias na Ilha do Mututi, onde o sistema de aviamento foi bastante descaracterizado na relação com os trabalhadores, pois estes passaram a receber dinheiro em espécie por seus serviços. No entanto, não deixaram de ser manipulados, assim como os outros, por seus respectivos patrões. Ainda hoje não é difícil encontrar agregados de patrões que se identificam

pertencentes, em épocas passadas, a um determinado ‘*peçoal*’ e, mesmo que este período lhe tenha sido extremamente desfavorável economicamente, ainda é lembrado com saudade, pois o ambiente e o clima de trabalho eram favoráveis a descontração e a amizade com o patrão; como mostra o relato seguinte.

Informante 05: “*Eu queria que voltasse o meu tempo que eu trabalhava com o peçoal dos Salviano, naquele tempo o patrão era nosso amigo, se o patrão tinha, nos tinha também. Se ele tivesse, a gente pedindo eles arrumava. Nas festas se a gente não tivesse dinheiro ele bancava o cigarro a bebida, tudo... depois a gente pagava trabalhando. E ainda bebia junto com a gente, tudo junto [o patrão bebia com seus fregueses nas festas]. E aí daquele que olhasse feio pro nosso peçoal... Agora, hoje, me diz... qual é o patrão que faz isso? Num tem mais, velho!*”

A pesquisa mostrou que o surgimento de serrarias nos antigos seringais do município, a exemplo da ‘Serraria Cruzeiro’, aos poucos abalou os compromissos e a fidelidade entre patrões e seus fregueses, por conta da presença de dinheiro em espécie ou do esgotamento das reservas madeireiras nas propriedades dos patrões. Contudo, estes buscaram, por intermédio de artifícios como a construção ou elevação da fama de seu ‘*peçoal*, imprescindíveis sentimentos de pertencimentos aos seus grupos. Garantindo como outrora, o incentivo ao trabalho.

4.1.3 - A serraria para ajudar. A quem?

O ingresso na atividade madeireira, por parte do patrão Antônio Torquato, representou uma das poucas alternativas viáveis de subsistência para ele e sua família, perante a insuficiência da demanda de borracha e látex em comparação a de madeira serrada que, só crescia por toda região. A transposição para outro ramo parece também ter sido, segundo a transcrição abaixo, uma tentativa bem sucedida de manter os convenientes laços de compromisso e fidelidade mútuos existentes desde sempre com seus fregueses.

Informante 06: “*...Chegou um tempo que a seringa já não enchia mais o comércio, aí começou a faltar coisas pros fregueses, eles reclamavam que traziam a produção e não tinha quase mercadoria, mas viam que no depósito tava cheio de borracha e tambor de leite... Eles*

entendiam a situação, mas muitas vezes ficavam com raiva da gente, porque a gente tinha que repartir o pouco que tinha com todos, era meio quilo de açúcar, um pacote de café, um pouco de farinha e assim ia, pra todos... Um dia na hora do almoço o meu pai falou que ia montar uma serraria, era a única maneira de manter os fregueses no terreno sem passar necessidade. O meu pai se preocupava com os fregueses dele, ele era um bom patrão!... O papai falou com o tio Bebê Salviano pra ele ajudar ele montar uma serraria e que ele ia pagar com madeira; todos os fregueses ficaram contentes e começaram a tirar madeira... Pra um freguês de um bom patrão é uma alegria ver o patrão dele crescer, porque ele sabe que o patrão dele tendo, ele tem também... No dia que o 'João Evangelista' [barco regatão de Bebê Salviano] chegou com o yanmar 36 [motor a diesel] e outras coisas pra montar a serraria, o galpão, e o trapiche, onde ia ser, já tava pronto, aí foi só montar e mandar ver serrando a madeira que já tava no porto... Tinha muita madeira no nosso terreno, o papai ganhou muito dinheiro nessa época e os fregueses também..."

O relato acima, entre outras coisas, revela uma preocupação do patrão com a subsistência dos seus fregueses, de lhes dar ocupação e de continuar subsidiando-os com toda espécie de ajuda. No relato seguinte, outro informante relembra com saudade e gratidão os esforços do patrão em manter seus fregueses sempre bem atendidos.

Informante 07: *“O Antônio era meu cumpadre, Deus o livre ele por causa de mim, e eu por causa dele... Ele gostava muito de mim, ii Deus o livre!... quando eu chegava na casa dele, ele me convidava pra armuçá na mesa com ele, e num era só eu não sinhu, era quem tivesse com fome na casa dele... Ele fazia tudo pra ajudar os freguês dele! mas ele gostava das iscuisas tudo diretinho... ele me ajudava muito, pra bem dizer, ele ajudava todo mundo, eu duvido o freguês dele que saia da casa dele sem o seu tabaco, o seu açúcar, café, seja lá o que for... mas tinha que trazer a prudução, a borracha, o lêti [látex] e despois, cum tempo, a maderá, como o sinhu deve saber, né,... Olha meu filho, quando o cumpadre começu a mandar tirar maderá, todo mundo pensava que ia ser bão! Mas quando já! Ninguém tivi tempo pra nada mais, o trabalho era inorme, seu minino, e a gente não via resurtado; mas antes com a borracha ii... O senhor sabe por quê? porque a gente trabalhava só aquelas hora e ainda subrava tempo de cuida uma roça, caçá, pescá, o senhor deve saber como é, né?... Mas num pense que eu reclamava, por isso que o cumpadre gostava de mim, eu queria era vê se no*

inverno todo final de mês eu não chegava lá na serraria com uma jangada de madeira, naquele tempo eu já tava velho mas eu dava conta do selviço, ii nem fale até!

Na fala do freguês, a requisição de madeira por parte do patrão, inicialmente pareceu vantajosa a todos os fregueses, por se tratar de um produto extrativo abundante e de valor comercial elevado em comparação à borracha que estava bastante desvalorizada. No entanto, em poucos meses começaram a perceber que o tempo gasto na retirada da madeira, se fosse usado na extração da borracha, geraria lucros iguais ou superiores. Porém, pouquíssimos reclamavam, pois a nova atividade tinha sido ordenada pelo patrão e era sabido por todos os fregueses que a serraria só tinha sido instalada para “ajudá-los”.

Na continuação da fala, ele relata o seguinte:

Informante 07: *“... Eu vu te cumtá uma, o Antônio Pequeno só fiz a serraria pra ajudar nós, disso eu falo por essa luz que ta nus alumando, era purissu que o que ele dizia todo mundo fazia, eu duvido que não! ... Ele não precisava de tá naquela luta, ele já era velho, ele era mais velho i muito que eu, ele tinha do que viver, visse? ... Mas mermo assim rapaz, eu cansei de vê ele falando, prus utro, pra mim não, “olha fulano me ajuda que eu te ajudo, trás logo essa madeira”,... O sinhô me acredita que tinha uns que ficava irrolando a madeira no mato [tapeando o patrão afirmando que a madeira tava cortada, quando na verdade, ainda ia ser derrubada] e queria que ele aviasse eles sem trazê nem um galho de pau, nem uma gota de lêti [látex]. ...Olhe seu minino, tem home que num sei não, eu tenho essa idade mas nunca tive essa corage, tá vendo que o home era nosso patrão, fazia de tudo quanto pra nós ajudá até fiz uma serraria pra ajudar a gente, não? ...um home desse num era pra ser ajudado também? ele mesmo dizia isso... e fiz mesmo a serraria pra ajudá nós!*

Já outro entrevistado, comentou da seguinte maneira a relação comercial entre patrão e fregueses, dando sua opinião quanto à possível instalação da serraria como forma de ajudar os fregueses:

Informante 08: *“Eu su nacido e criado aqui nesse lugar, meu pai tinha isso de querer bancá o amigo do patrão, se arreventava tudo, mas Deus u livre, tinha que tirá a prurdução do patrão de qualquer jeito... tá certo que o seu Antônio ajudava muito a gente tudo, num fartava nada, mas ele ganhava muito mais do que a gente, isso tem que sê dito, o sinhô me discurpe, mas a verdade tem que se dita, né? ... Isso da serraria? ...mas quando já! o sinhô acredita?*

...pode até tê ajudado os freguês, mas ajudou muito mais fui ele... olhe mas eu não tenho nenhuma reclamação do seu Antônio, ele era muito bom pra mim, a gente vivia no que era dele, tinha que andar na linha com as leis dele, né? “

Os relatos acima apresentam um modo peculiar de ajuda mútua, consolidada a partir da prática prolongada do sistema de aviação em uma estrutura organizacional legada do primeiro ciclo da borracha (1850-1912) na localidade. Porém, a pesquisa mostrou que esse tipo de relação e característica histórica, foi bastante comum por todo o século XX nos quatro Distritos do Município de Breves/PA (Sede, Curumu, Macacos e Antonio Lemos), configurando-se como uma das características mais persistentes da estrutura organizacional constituída para a extração da borracha na região.

Nas entrevistas, tanto com fregueses, quanto com patrões que vivenciaram a transição do ramo da borracha para o de madeira na década de 1970, percebeu-se em suas falas a existência, naquele período, de um gratuito sentimento de compromisso um com o outro, pouco visto na maioria das relações comerciais da atualidade. Essa espécie de relação comercial tão comum no passado e, em raríssimos casos, ainda hoje presente no interior amazônico, pode parecer incompreensível ao olhar capitalista moderno, que prima somente o lucro. Porém, de acordo com Aramburu (1994), nas localidades mais afastadas e de difícil acesso, é por intermédio dessas relações com os patrões que os fregueses entram em contato com a sociedade mais ampla, e não apenas pelas mercadorias ou pelo dinheiro, é por intermédio dos patrões que os fregueses e outros trabalhadores se atualizam das coisas do mundo exterior. Para o autor, nestas localidades, os patrões funcionam como uma espécie de “receptor-transmissor”, tanto de oportunidades de trabalho, quanto de diversas informações, tornando-os desta forma, grandes formadores de opiniões no local onde atuam.

Metaforizando esta relação, a figura do patrão pode ser apresentada como a de um pai e a dos fregueses como a de um filho. Os dois formam uma grande família, unida no intuito de sobreviver da melhor maneira possível pela ajuda um do outro. Ou seja, pelo princípio da reciprocidade, concretizada com o passar dos anos.

4.1.4 - O sistema de aviação e sua reciprocidade.

Após o fim do primeiro ciclo da borracha (1850-1912), o interesse e os esforços da família 'Torquato' em dar continuidade à relação comercial existente com seus fregueses, foram interpretados (assim como quando da instalação da Serraria Cruzeiro) como uma dádiva dos patrões oferecida aos fregueses. Desta forma, a obrigação imposta aos fregueses pelo sistema de aviamento, aos poucos se transformou na tendência de retribuir a “dádiva” não só com mercadorias, como também com fidelidade comercial incondicional, dando início a uma relação de reciprocidade bastante duradoura na Ilha.

Ao buscar indícios de veracidade dessa afirmação, foram relevantes os seguintes depoimentos:

Informante 09: “...os velho falava que tive um tempo do passado que os mais velhos que ilhes furum tudo embora, só ficu arguns com o patrom. ...aí o patrom deu o jeto dele e começú a aviá como podia os freguês dele. ...mas o sinhú num acha que ta certo? É ubrigaçom do patrom da o jeto dele!”

Informante 10: “...olhe seu home, os freguês só pode te ficado agradecido, não? a nossa mãe cuntava que o pai dela falava que disque naquele tempo era uma crise danada, não tinha nem sal; ai o sinhú avalie um home dando a mão pra essa gente, Deus o livre, um home disse era mais que um pai prêeles, era até pecado não ajudar o home ”

Informante 11: “...desde quando meu bisavu chegu do Ceará a nossa familia tuda fui nacida e criada ajudando o patrão e o patrão ajudando nós, tive hora de aperto mas o patrão sempre dava um jêto. ...Num dava pra num ajudar o patrão que a gente tinha, se nós não ajudava ele, como é que ele ia ajudar a gente?”

Para Sabourin (2008) citando Godbout (2004, p. 03), a reciprocidade pode ser definida de maneira bem simples: quando um indivíduo recebe algo na forma de uma dádiva, ele tende a retribuir por sua vez. O indivíduo que recebe não pensa primeiro: “ah que bom negócio!”, como manda o interesse pelo lucro, pois a dádiva do outro carrega com ela uma impulsão a retribuir por parte de quem recebe. Não se trata em nada de um constrangimento, ao contrário, por exemplo, de um contrato, no qual as obrigações de cada um estão sendo definidas da

maneira a mais detalhada possível e regidas pela lei. Não, trata-se de uma incitação, de um convite, um fenômeno tão importante que pode levar a uma força social elementar.

De acordo com Temple (2009), a reciprocidade pode se especializar, e quando isso acontece, como é o caso estudado, cada um dos envolvidos adquire seu próprio sentido: Ou seja, o patrão torna-se o provedor de bens e proteção aos fregueses e estes os daqueles; em um tipo de relação que é susceptível à criação de valores humanos. No caso do patrão Antônio Torquato e seus fregueses, a pesquisa apontou para valores como a amizade, o altruísmo, a hospitalidade e a generosidade, o que lhe confere prestígio e reputação até os dias de hoje, dentro e fora da região onde comandava.

Segundo Sabourin (2008) citando Temple (1997), esses e outros valores humanos não são dados gratuitamente; devem ser constituídos e socialmente construídos. Eles são, precisamente, gerados e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade em estruturas, não apenas sociais, mas, também, econômicas, que ele qualifica de “estruturas de reciprocidade”. Para exemplificar, o autor usa o exemplo da confiança e que ela, a priori, não é oriunda de uma religião ou de outra, nem de algum patrimônio cultural comunitário, indígena ou camponês, ou do inter conhecimento, mas produzida por relações econômicas e sociais de reciprocidade, por meio de estruturas específicas de aliança e de compartilhamento.

Na Ilha do Mututi, essas estruturas de reciprocidade estiveram inscritas há muitas gerações, guardando em si uma peculiaridade; o fato de que dentro de uma área, na qual ela é praticada, onde todos deveriam ser beneficiados direta e igualmente pela produção ou pelo trabalho de todos, ocorre o contrário; o patrão, por ser dono da terra e dos recursos naturais nela existentes, aproveita-se, da reciprocidade para promover uma economia de mercado onde só ele detém os lucros monetários. Com efeito, através destes lucros, muitos patrões tiveram ininterruptamente, durante anos, condições necessárias para se conservar como os únicos e benevolentes provedores das mais longínquas localidades do Município de Breves/PA.

Sabourin (2008) citando Temple (1997) explica de que forma isso acontece. Para ele, as capacidades e competências de organizações que constituem esse tipo de estruturas podem oscilar, dialeticamente, entre duas tendências opostas e, ao mesmo tempo, complementares: uma que corresponde, sobretudo, à produção de valores materiais de intercâmbio e a outra associada, essencialmente a valores éticos. Permitindo, em certas condições, a

institucionalização das estruturas que geram esses valores. Para o autor, é fato que as estruturas de reciprocidade (como a existente historicamente na Ilha do Mututi quando da transição da atividade extrativista da borracha para a de madeira), produzem não só valores materiais, como também valores humanos: a amizade, a justiça, e a equidade. Contudo, a desagregação da reciprocidade pode tornar esses valores facultativos e, muitas vezes, não é mais possível assegurar regras evocando-os; fato verificado na Ilha, com o desenvolvimento da atividade madeireira, o esgotamento da reserva madeireira do patrão e a introdução de dinheiro em espécie.

4.1.5 - Ainda avia-se.

O incremento da atividade madeireira na ‘Serraria Cruzeiro’ no final da década de 1970, assim como em todas as serrarias das famílias entrevistadas, marcou o início da ruptura, por parte dos patrões, da estrutura de reciprocidade anteriormente observada. A produção de valores materiais assegurados pela comercialização de madeira por meio do sistema de aviamento, permitiu a esses patrões, com o decorrer dos anos, investimentos em outros ramos (navegação, combustível, agropecuária, etc.), onde a relação do passado não podia ser integralmente utilizada. Contudo, a pesquisa mostrou que, tanto nas terras, onde os patrões diversificaram seus ramos, quanto nas que atualmente ainda continuam somente na atividade madeireira, coexistem resquícios de aviamento e reelaborados modos de financiamentos. Os resquícios de aviamento podem ser percebido na fala seguinte.

***Informante 12:** “ O meu patrão é o seu Tinga, semana retrasada eu ainda tava trabalhando lá d’utro lado do rio, pre’ele, tirando maderá. ...Fui anssim, eu fui falá cum seu Chico pra mim tirá uma maderá no terreno dele, ele dexu, aí eu disse pro seu Tinga que eu ia tirá a maderá pre’ele, e queria que ele me adiantasse o rancho pra mim dexá pra mulher e as criança em casa, e a gasolina da motosserra; tudo deu oitocento real [R\$: 800,00]. C’uns vinte dia eu botei a jangada pro patrão, deu dois mil quatrocento [R\$: 2.400,00]; eu paguei o rancho e a gasolina e ele me deu mil seiscento [R\$ 1.600,00]; eu tirei os 30% do seu Chico, dei duzentos cinquenta [R\$: 250,00] pro menino que me ajudú e fiquei só c’uns seiscentos real [R\$: 600,00].”*

Os resquícios de reelaborados modos de financiamentos podem ser averiguados no relato de um integrante da família ‘Amorim’ que, ao ser questionado se na atualidade ele era considerado um patrão, sua resposta foi a seguinte:

***Informante 13:** “olha, eu sou um patrão porque eu continuo fazendo o trabalho, eu fico financiando duma forma diferente, de comunicação à distância, por telefone... Os meus recursos são pras cidades; ...eu tenho convênio com os comércios grandes, os patrões que ficam nas cidades em que no interior dela eu compro. O que acontece, se o cara vai retirar uma madeira pra mim, ele me liga da cidade, geralmente do comércio de um patrão que ele tem lá; eu autorizo o patrão a entregar uma certa quantidade em valor e em mercadoria pra ele e eu pago através de transferência bancária.”*

Diante do exposto, percebe-se que a estrutura organizacional concebida no município para a extração da borracha ainda no século XIX, em muitos casos permaneceu por décadas e gerações, permitindo aos patrões, quando da maior procura por madeira em detrimento a da borracha, instalar serrarias e se beneficiarem com o prestígio e principalmente com os lucros obtidos, tanto com a comercialização externa da madeira, quanto com o principal esteio deste tipo de organização que era o sistema de aviamento na relação direta com os fregueses.

A persistência desse tipo de relação, na maioria das vezes (tal qual ocorria no passado), encontra-se, onde há a presença de um comerciante ou madeireiro local; em suas vilas ou terrenos estão dezenas de famílias que ali encontram circunstâncias concretas e imediatas de trabalho e vida comunitária. Nessas localidades, a aproximação a um patrão é uma das poucas formas conhecidas dos ribeirinhos se manterem economicamente, facilitando (assim como o mostrado nas duas últimas entrevistas), uma constante reelaboração dos meios de financiamento que ainda sustentam a posição de destaque social, econômico e político de antigos e novos patrões no município.

4.2 – A manutenção da organização.

Cabe neste momento, refletir sobre a persistência e seus motivos, a cooperação e os possíveis conflitos criados por intermédio da prática desse modelo de comercialização. Sabe-se

por conta da pesquisa que, no ano de 1978, o patrão do antigo ‘Seringal Cruzeiro’, à frente de uma bem elaborada organização de trabalho, a transpôs integralmente da extração de borracha para a extração de madeira, aparentemente sem nenhum atrito imediato com seus fregueses. Esta organização, assim como algumas relações sociais nela existentes, foram transpostas de forma gradual, com a simples substituição do foco extrativista da borracha para o da madeira. Sabe-se também que nesta organização, assim como em outras de localidades que passaram por essa transposição, padrões e fregueses encaravam seu relacionamento comercial como um negócio coletivo, ou seja, ambos ao ajudar um ao outro contribuía para o desenvolvimento e a harmonia do grupo. Como se tratava de uma relação, em sua maioria, marcada pela prática do sistema de aviamento e suas variações, nas quais havia um forte sentimento de pertencimento ao grupo, o trabalho e a observância das regras eram entendidos como essenciais à sobrevivência e ao bem estar comum. A lógica era a seguinte: quanto mais o patrão acumular bens, mais pode satisfazer, na mesma proporção, os desejos e necessidades dos seus fregueses.

Por muito tempo, essa lógica se caracterizou como uma dádiva oferecida pelo patrão aos seus fregueses; dádiva de oportunidades de emprego e renda que “somente ele” poderia lhes dar naquela remota localidade. Porém nisso, pouca coisa havia de bondade por parte do patrão, pois as necessidades de consumo e a potencial mão-de-obra dos fregueses alocados em suas terras lhes eram igualmente às únicas oportunidades de comercialização e força de trabalho presentes na mesma remota localidade. Desta forma, os dois se tornavam igualmente imprescindíveis e valiosos à sobrevivência um do outro.

A pesquisa mostrou ainda, que essa dádiva se desenvolvia numa espécie de “reciprocidade condicionada”, ou seja, por intermédio de determinadas condições, onde o patrão e seus fregueses, de acordo com suas especificidades funcionais dentro da organização, só davam se tivessem certa margem de certeza de que iam receber satisfatoriamente algo em troca. Sendo assim, em determinados momentos em que não havia essa certeza, invariavelmente a fragilidade da harmonia do grupo era evidenciada por meio de trapças, desvios, negativas e outras formas de represálias envolvendo o comércio entre os dois. O que não significava o fim da relação, nem o total esgotamento de valores humanos presentes no grupo, mas sim a criação de artifícios possíveis de amenizar ou potencializar expectativas de vantagens provenientes do aviamento e suas variações que foram bastante duradouras e persistentes na exploração e no beneficiamento da madeira na organização.

4.2.1 - Motivos para a manutenção.

A constituição de uma organização visa estabelecer, mediante normas explícitas, relações relativamente duráveis entre um conjunto de pessoas, de modo a torná-las aptas a alcançar racionalmente um determinado fim. No caso estudado, o objetivo principal do patrão e seus fregueses parece ter sido *a subsistência: a manutenção da vida cotidiana em melhores condições possíveis*, proporcionada por intermédio de financiamentos mediante mercadorias ou dinheiro (sistema de aviamento) para a extração e o beneficiamento de madeira pela ‘Serraria Cruzeiro’. Com efeito, este fenômeno promoveu, de maneira assimétrica, a subsistência econômica do grupo por aproximadamente uma década, mesclando características relacionais conservadas do passado às reinventadas no presente, onde financiador (*patrão*) e financiados (*fregueses*) cooperavam entre si, ora de forma amigável, ora de maneira conflitante, como mostra a transcrição abaixo.

Informante 14: *“Era na base dum ajuda o outro, se sabe, se o caboco num tivesse a maderá no mato o patrom num ajudava, era difiço, mas se tivesse!... Quando eu ulhava aquela maderá eu jurava que ia me estribá, muita maderá seu home; mas quando acaba, nem purra! era só pro patrom. As vez eu ficava reinando, mas num tinha jeto, aí o patrom vinha com a convelsa dele, né? ...olha fulano não te bate com isso, o que tu percisa é só falá comigo, nom. E a gente percisava mermo, aí ele aviava de tudo denovo pra gente ir trabalhar mais um tempo. ...e ansim ia, só sei que nessa convelsa dele, ele dubrava tudo nos. Ah seu home! tinha vez que eu reinava de num trabalha mais, mas como já? besta de mim se num fusse; porque ele tinha a farinha dele avurtada, eu não”*.

Na fala do entrevistado fica evidenciada a “reciprocidade condicionada” mencionada anteriormente e também fatores que provocam eminências de conflitos, como o pouco ou nenhum ganho pelo trabalho desenvolvido. Quando o informante relata que *“ficava reinando”*, ele está se referindo a raiva, revolta e indignação pela exploração do seu trabalho. Ao se referir *“...mas não tinha jeto...”*, ele está se referindo às obrigações impostas a ele por intermédio de dívidas contraídas exclusiva e quase compulsoriamente no comércio do patrão.

Diante desse quadro, somos levados a indagar os motivos que levaram o patrão a manter esse tipo de organização e o porquê dela ser aceita pelos menos favorecidos.

Para Friezberg (1995), uma organização é um conjunto de mecanismos empíricos pelos quais se estabiliza os conflitos e proporciona a cooperação e a coordenação. Para o autor, a forma como se opera e se obtém a cooperação não é idêntica de uma organização para outra, de um contexto de ação para outro. “mas a construção dessa cooperação constitui o problema central e fundamental a resolver por toda organização e por toda a empresa coletiva” Friedberg (1995, p. 10). Neste sentido, a transposição da estrutura organizacional do antigo seringal para uma nova atividade deve ser pensada, como um artifício quase contingente, por parte do proprietário do seringal, para manter a cooperação e dar continuidade, nesta nova base produtiva, à mesma legitimidade de poder e domínio exercidos outrora. Tal legitimidade encontra explicação em Chazel (1995), quando cita um de seus artigos publicado no ano de 1983. Neste artigo o autor diz que o poder só é operante com base nas assimetrias de recursos inerentes às estruturas de dominação. E vai mais adiante:

“É evidente que o caráter relacional do poder não deve ser esquecido: o exercício do poder manifesta-se através da utilização de recursos no próprio curso da interação; mas esse próprio recurso, a que o poder apela, são componentes estruturais dos sistemas sociais: sua utilização prática baseia-se na sua distribuição diferencial, característica comum a qualquer estrutura de dominação. Assim sendo, os recursos são ao mesmo tempo os instrumentos do exercício do poder e o meio que permite a reprodução das estruturas de dominação”. (Chazel, (1995, p. 235).

Sendo assim, as atividades de comércio e de produção mediadas pelo sistema de aviamento na organização mantida e chefiada pelo patrão Antônio Torquato (antes e depois do surgimento do ramo madeireiro), somadas ao controle da terra, da tecnologia, e dos meios de produção proporcionavam poder e controle sobre seus fregueses, inscrevendo-o como a maior autoridade da localidade. Desta forma, sua decisão em manter a estrutura organizacional do passado foi respeitada. Tais colocações explicativas visualizam um ambiente marcado pela desigualdade em que, patrões com recursos materiais e fregueses sem, criam e recriam

estratégias para obterem maior parte possível de benefícios provenientes da atividade madeireira ainda hoje.

4.2.2 - Motivos para cooperar.

Neste trabalho, a reflexão teórica a respeito de como esse tipo de organização se manteve em volta a tantas peculiaridades e circunstâncias adversas ao mercado moderno, parte primeiramente das considerações de Friedberg (1995). Para o autor, a reflexão organizacional busca estudar os processos, nos quais são estabilizadas e estruturadas as interações entre um determinado conjunto de atores colocados em um contexto de interdependência estratégica, onde um dificilmente sobreviveria sem o outro. Ou seja, o patrão não pode prescindir do freguês e vice-versa, muito embora os benefícios desta relação não sejam simétricos por conta do poder exercido pelo primeiro sobre o segundo; o que não quer dizer que o segundo não tenha poder sobre o primeiro.

Para entendermos essa aparente contradição, precisamos diferenciar dois tipos de poder na relação, o primeiro é exclusivo do patrão e resulta em mando que leva à obediência; já o segundo é compartilhado por ambos, pois se baseia no interesse num objeto comum, que significa uma relação de troca e, pode ser usado como barganha para obtenção de maiores vantagens na relação uns com os outros, e mesmo para amenizar possíveis explorações excessivas entre si. Para reiterar o exposto, Crozier & Friedberg (1993) afirmam que as organizações como um todo necessitam do poder como força estruturante para coordenar as ações. Para os autores, o poder é entendido como uma relação entre atores (nível da ação) e não como dever de obedecer (nível da dominação). O poder se desenvolve apenas através da troca, ou seja, estabelece-se em um processo de negociação entre os atores e configura-se em uma relação mútua, onde a condição para a existência do poder é que os interesses pessoais dos atores se dirijam ao alcance de um determinado objeto comum. Logo, os atores tornam-se dependentes um do outro em uma relação desequilibrada, porque neste processo, um dos atores tem mais vantagem que o outro.

Neste estudo, o objeto comum a ser alcançado por patrões e seus fregueses dentro desse ambiente de interdependência foi a manutenção e melhorias, quando possível, das condições econômicas e sociais, nas quais se encontravam. Nessa busca, foi evidente a vantagem dos primeiros sobre os segundos, resultante da imposição de cooperação por meio de regras, coordenação e controle monopolístico sobre os meios de produção e a produção da organização. Como já foi citado anteriormente, mas aqui cabe lembrar, na concepção de Friedberg (1995), as organizações são conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com o objetivo de proporcionar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins. Para o autor, toda organização na condição de estruturas de ação coletiva deve se preocupar em resolver o problema de sua sobrevivência como conjunto organizado, o que torna imperativa a busca de mecanismos de controle sobre os comportamentos de seus atores (regras) para a garantia da cooperação no grupo, o que não parece ter sido difícil para o patrão Antônio Torquato, quando da passagem da atividade extrativa de borracha para a de madeira, pois esta tendência à “sobrevivência” mostrava-se também na ação organizada “aviamento” onde a maioria dos envolvidos tinha interesse a que o jogo continuasse, o que tornava desnecessário o controle “total”, sendo suficiente apenas manter e reformular regras já existentes. No entanto, o autor considera que mesmo com esse controle, os envolvidos possuem um certo grau de autonomia e perseguem interesses que não são necessariamente convergentes; constituindo dessa forma, suas zonas de incertezas, onde defendem-se da ganância um do outro, fato bastante recorrente na organização madeireira em questão, como veremos adiante.

4.2.3 - Motivos para jogar I.

Com a inauguração da ‘Serraria Cruzeiro’, financiada por um comerciante regatão, o patrão contraiu dívida e necessitou de maior empenho dos fregueses no trabalho. No entanto, não o teve satisfatoriamente. Os fregueses mantiveram o ritmo de trabalho anterior e aos poucos foram percebendo, com maior clareza, uma inversão na configuração historicamente posta no local. O patrão estava vulnerável em suas mãos, dependente deles mais eles do patrão. Como mostra o relato a seguir.

Informante 06: “ *Tinha freguês que só queria a comida, uns queriam um barco motorizado, outros uma casa de tábuas; quando eles conseguiam, o que queriam, era difícil botar na cabeça deles que eles tinham que trabalhar mais e a serraria precisava de mais madeira, mais trabalho, foi preciso pagar com dinheiro, pagar na produção, mas mesmo assim não ia pra frente, era preciso tá adulando os freguês pra eles trazerem logo a jangada, eles sabiam que a gente precisava da jangada e não queriam mas só mercadoria, queriam dinheiro também, pra comprá, o que eles queriam.*”

A partir deste momento, o mecanismo de controle e de ajuda mútua proporcionado essencialmente pelo financiamento de mercadorias, fica enfraquecido, porém não desaparece. Na busca por melhorias econômicas e sociais, o patrão e seus fregueses readaptaram as formas tradicionais de negociação e prosseguiram interdependentes e em cooperação em novas e reelaboradas bases de comércio inspiradas no modelo do aviamento. Desta feita, com uma busca de lucros maior à apresentada anteriormente; movido pela crescente busca de maior poder de consumo que transpunha as necessidades imediatas de subsistência, pois a atividade madeireira, dependendo do tempo de extração, o beneficiamento, da quantidade e da espécie da madeira, podia ser uma atividade bastante lucrativa, proporcionando a possibilidade de melhores ganhos em comparação à borracha, como atesta a seguinte fala:

Informante 15: “ *Com a serraria o que mudu fui que nós passú a vê um puquinho de rear [Real, dinheiro], mas pra isso, a gente tinha que se vivo com o patrão se nom só dava pra bóia e num dava pra pagar tudo que devia. ...era ansim, eu pelo menos, nom? mas tudo fazia ansim... eu via a maderá no mato, via quanto metro ia dá ai falava pre'ele que queria tirar aquela maderá, mas dizia pre'ele sempre o meno se nom ele abria o olho e queria impurrar rancho, combustivo, nom? Ai ansim dessa manera, às vez, subrava argum [dinheiro], nom? Mas acabava que eu tinha que vortá tudo o rear pre'ele, nom? por que num tinha de quem cumprá, tinha que cumprá dile, nom? Mas às vez que o inverno era bão, dava pra tirar uma puntinha; com a maderá eu sempre tive sardo na mão dile ai quando ile ia pra Belém eu encomendava um radio, uma maquina de costura, seja lá o que fú, ele trazia! ...se o meu dinheiro na mão dile num desse pra cumprá, ile cumprava do mermo jeto e trazia, ai eu trabalhava e pagava. Mas tu deve sabê, isso levava ano pra ter uma graninha avurtada na mão dile, era bão a gente nem cumprá essas iscoisas por que se nom ficava preso no caderno dile.*”

A transposição da estrutura organizacional da atividade anterior para a da madeira com o objetivo, entre outros, de manter a coordenação dos trabalhos, tornou urgente para os patrões a reinvenção do sistema de aviamento de forma a garantir o retorno do dinheiro pago aos fregueses envolvidos na nova atividade. Tal reinvenção na Ilha do Mututi conservou parte da cooperação, da ajuda mútua, assim como dos valores humanos presentes historicamente na organização. Do aviamento foi integralmente preservada a característica do adiantamento de mercadorias aos fregueses para que fossem pagas com a produção e, adaptadas novas formas de adiantamentos e financiamentos, que pudessem permitir a continuidade ou o início de laços de endividamento convenientes ao patrão e a seus fregueses.

Mas como entender que no âmbito de uma prática aparentemente tão perversa com os mais explorados, possa surgir e se manter a cooperação, a ajuda mútua e valores humanos?

Em parte, isso pode ser entendido pela distância de grandes e mesmo de pequenos centros urbanos (comerciais), somado à falta de livre concorrência comercial na localidade, que contribuiu para que as atitudes do patrão, tornassem-no conhecido como um “homem bom”, aquele que utiliza-se de seus bens, suas finanças e sua influência de forma a garantir a subsistência, o consumo e as necessidades diversas dos seus fregueses ou seu ‘pessoal’. Nesse ambiente, a cooperação deve ser entendida como trabalho em comum, como colaboração, dentro da lógica de que, quanto mais o patrão tiver, mais os fregueses terão. E é neste sentido, que aparece e se desenvolve a ajuda mútua e seus valores humanos, assim como a reciprocidade, onde ambos no desempenho de suas atribuições dentro da organização, se auxiliam e propiciam a manutenção um do outro.

Desta forma, podem-se atribuir três características básicas à organização madeireira comandada pelo patrão Antônio Torquato: I) Tanto a cooperação, quanto a ajuda mútua foram forjadas na prática prolonga do sistema de aviamento; II) foram imprescindíveis para a sua persistência, seja ela em que grau for; III) e ainda, foram responsáveis pelo aparecimento e a conservação de valores humanos como a amizade, a fidelidade e o compromisso mútuo postos em prática por meio de uma reciprocidade notadamente assimétrica, pendente invariavelmente pro lado do patrão por meio de artifícios sempre renovados a partir da instalação da serraria, como mostra o relato abaixo feito pelo gerente do comércio do patrão em questão.

Informante 16: “O seu Antônio tinha uns quantos freguês, o sinhú sabe, né? ...tudo tinha amizade nele, ele era bõ patrão, num tinha quem num gustasse daquele home, tudo mundo trabalhava satisfeto pre’ele, ele num se negava pra nada, ajudava muita gente com dinheiro, com passage pra cidade, madera, prego pra casa, de tudo o que o freguês tivesse percisando; e se eu tu dizendo tudo e por que era tudo seu home! Quaji tudo os morador daqui e daquele utro rio dali da frente e aqui de detrás dependia dele. esse pessoar tudo só cumprava e só vendia com ele. ...mas mermo ansim tinha uns que lgrava ele, eu sei porque o caderno ficava comigo, nom? ...Sabe por quê? Porque alguns queria ficar com o dinheiro tudo da madera, aí vendia pra utro patrão no dinheiro, ou quondo nom às vez pegava dinheiro, mercadoria, dizendo que ia derribar pau quando acaba ia era pra festa, pra cidade, gastá tudo e num tirava nada, ai ficava devendo sem fazer nenhum selviço, podendo fazer o contrario! né seu home? Isso num entra na minha cabeça!

O relato acima, além de mostrar alguns exemplos de artifícios renovados de adiantamentos e financiamentos diversos (“ajudava muita gente com dinheiro, com passage pra cidade, madera, prego pra casa, de tudo o que o freguês tivesse percisando”), revela também nas entrelinhas a dificuldade de cooperação dentro da organização por conta de alguns fregueses que se desviavam das regras existentes, invariavelmente movidos por interesses individuais em detrimento aos da organização (“... alguns queria ficar com o dinheiro tudo da madera aí vendia pra utro patrão no dinheiro ou muitas vez pegava dinheiro, mercadoria dizendo que ia deribar pau quando acaba ia era pra festa, pra cidade, gasta tudo e nun tirava nada”). No entanto, a busca pelo interesse individual era mais evidente na posição e conduta do patrão, como podemos perceber no relato seguinte.

Informante 17: “ Tá celto que um dipindia do utro, mas eu acho que o patrão dipindia mais do freguês, olhe se num fusse nos cumu ile ia se virá? Era nos trabalhadú que asustentava ile. ...ile tinha as iscuisas, mas pra que adianta intão o sinhú ter um casco e num ter remo? Num sai do lugar, né? Nos era o remo dile, era nos que levava pra frente. ...tudo que é patrão adula seu freguês, pra que’ele teja ali, sempre no selviço pre’ele... O freguês só faz pra cumê e vesti, e má-la-má [com dificuldade], e o patrão só ganhando nas costas do trabalhadú dile. Pode vê, o patrão cumpra barco, cumpra casa na cidade, coloca os filho pra sabê lê, sabê escrevê, e os freguês pode? Num pode meu filho! Quem dera! ...eu acho que era por isso que

tinha freguês que vendia pra utro, se lgrado [“passado para trás”] o tempo tudinho não dá rapaz!”

Os dois últimos relatos descaracterizam quase por completo a ação coletiva aparentemente harmoniosa dentro da organização. No entanto, estas práticas e vantagens não eram suficientemente capazes de desfazer a relação historicamente posta na organização madeireira da Ilha do Mututi. Ao contrário, essas atitudes individuais faziam parte do cotidiano da organização e eram sentidas, tanto pelo patrão como pelos fregueses, porém, em muitos casos, eram convenientemente ignoradas, forçando os dois lados, de forma velada, a se resguardarem da melhor forma possível da cobiça um do outro. O intuito era manter, sem maiores problemas, a valiosa e imprescindível relação de cooperação e ajuda mútua entre si.

4.2.4 - Motivos para jogar II.

Friedberg (1995) enfatiza a importância da cooperação para realizar a ação coletiva e percebe a dificuldade de sua efetivação em decorrência de interesses não convergentes; desta forma, contrapõe-se à teoria clássica das organizações, no que diz respeito à indicação de que os comportamentos humanos não são problemas dentro da organização pelo fato destes serem sempre perfeitamente previsíveis e racionais. A partir deste momento cabe outra reflexão: como na mesma relação comercial, tão desigual e exploradora, embora os menos e mais favorecidos tentem amenizar e potencializá-la a todo o momento respectivamente, pode haver a observância de valores humanos? E de que forma podem ser explicadas essas tentativas e efetivações de amenizações e potencializações da exploração, posta em prática pelos fregueses e patrão?

Segundo Crozier & Friedberg (1993), na visão da teoria clássica, o indivíduo era visto como um ser passivo. Contudo, diversas experiências do indivíduo no seu ambiente de trabalho, apontaram que ele não é movido exclusivamente pela razão econômica. É igualmente motivado por suas afetividades e por suas necessidades psicológicas mais ou menos conscientes. Essa descoberta passou a ser fonte de estudo do movimento das relações humanas que enfatizavam a importância do “coração do indivíduo”. Segundo os autores, isto contribuiu

para uma nova visão da ação coletiva, superando a visão tayloriana de um indivíduo passivo ao apontar que o homem dentro da organização não deve ser visto somente como mão, observado pela teoria clássica, nem somente como mão e coração, como via o movimento das relações humanas, e sim como cabeça, que significa liberdade. Para os autores, os atores defendem suas zonas de incertezas, denominadas como espaços livres, onde se localiza o poder. No caso estudado, essas zonas de incertezas nasciam das especificidades das funções do patrão e dos fregueses que eram imprescindíveis à sobrevivência da organização. Segundo o autor, nestes espaços, a relação de força aumenta quando o indivíduo consegue tornar o seu futuro comportamento imprevisível para o outro. Raramente alguém, cujo futuro comportamento é totalmente previsível (*transparente*), consegue ganhar o jogo, ou seja, no caso em estudo, lucrar da melhor forma possível na relação balizada pelo sistema de aviamento.

As relações mantidas entre o patrão Antônio Torquato e seus fregueses, a partir de financiamento ou adiantamento de mercadorias (por parte do primeiro em relação ao segundo, para que esse desenvolvesse seu trabalho e lhe pagasse com a produção de madeira), aparentemente pode indicar previsibilidade dos comportamentos de ambos. No entanto, desde a inauguração da ‘Serraria Cruzeiro’, no momento da negociação do financiamento ou do adiantamento, evidenciava-se uma batalha de interesses, onde os dois lados jogavam entre si de acordo com suas zonas de incertezas. Como exemplo, podemos citar dois depoimentos colhidos na pesquisa de campo, quando da busca por esclarecer os conteúdos das negociações nesses jogos.

Informante 18: *“No cumeço tinha discunforme maderá no mato aqui perto, cum tempo só tive mas avurtado pro centro. Lá pro centro é um gapó do dialho, da demais trabalho tirá maderá, mas nos ia, por causa da grana, né? Se o teu pai me pagava eu ia, cansei de ir, mas eu falava logo que eu num queria utra cosa eu queria era a grana, eu sabia onde tava a maderá que ele quiria; ele quiria a maderá, aí as vez me dava dinheiro até ante. Se ele num quiria dá dinheiro eu dirribava pau que tinha por aqui por perto mermo, era mais fino, por isso que ele num queria muito ...é, essa era a manha, e a gente sempre num tirava tudo, dexava sempre uma maderá de mais valu pra quando a gente tivesse percisando mais. Uma vez eu cheguei lá no teu pai cum uma jangada bonita, só primera e algumas segunda, ele olhú a maderá e me disse: de onde é essa maderá Luiz?, eu disse: da ponta onde tá o meu ruçado. Ah rapaz, o velho ficu brabo comigo! (risos), me escrutiú: tu num disse que num tinha mais andiroba*

naquela punta? cumé que essa maderá tava lá? Fui mancada minha, eu nem lembrava que eu tinha dito isso, mas depois ele ficu fui alegre (risos)”

Informante 16: *“Com a maderá tudo que era freguês queria pegar era no dinheiro, mas nós sabia mais o menos que eles podiam trazer, aí pra alguns num liberava quase nada... Tinha uns que vinha querendo dinheiro e mercadoria pra tirar vamo supo trezentas tora, mas nós sabia que ele não ia dá conta daquele serviço tudo no prazo acertado; então a gente dispistava o cabôco, mas tinha que sabe falá, ai cum jeito as vez eu falava, que num tinha dinheiro que a mercadoria tava poca... mas tinha que ir regrando mesmo, às vez quando tinha bem mercadoria nos já impurava mais uma mercadoriazinha pro sardo do caboco não sê muito grande. É seu home! tinha que ter ciência atrás do barcão, se não eles quiria que fosse como no tempo da borracha, naquele tempo eles pegavu o mantimento pra pagar com um, dois mês; na maderá não, tinha que ser ligero, duas semana no máximo, se não o dinheiro perdia o valo e também a gente perdia se ficasse esperando muito pela maderá, por que a serraria parava.”*

Wagley (1977) afirma, no final década de 1950, que o sistema de aviamento era o principal elemento estrutural que regulava as relações sociais na Amazônia. Esse estudo mostrou que no antigo ‘Seringal Cruzeiro’, esta regulação continuou com a transposição da estrutura organizacional utilizada na extração da borracha para a atividade madeireira conservando as mesmas relações que historicamente estiveram presentes na localidade. Mostrou ainda que os fregueses do patrão Antônio Torquato constituía com este, uma organização onde um dependia do outro na mesma proporção, embora a condição de patrão proporcionasse melhores resultados na relação por conta da posse da terra e dos meios de produção. Contudo, longe do estereótipo do barracão do passado que apresentava uma imagem extrema de exploração e maus tratos, o grupo vivia em certa harmonia em um ambiente relacional de cooperação e ajuda mútua construída ao longo de gerações na mesma localidade.

De acordo com a pesquisa, a organização foi mantida com intuito de preservar a coordenação dos trabalhos e garantir a canalização dos lucros da nova atividade através de financiamentos diversos. E de forma contingente, a despeito de tudo, ainda garantiu ao patrão a conveniente fama de “bom patrão”, aquele que buscou de diversas maneiras condições de prover os anseios de seus fregueses e por isso fazendo-se merecedor de respeito e confiança de

todos; sendo este fator um amenizador de possíveis tensões provenientes da condição de desigualdade e exploração sentidas pelos fregueses.

5 – O LEGADO DO SISTEMA DE AVIAMENTO.

A estrutura organizacional utilizada para a extração da borracha, ou seja, a presença de um patrão na condição de provedor frente às necessidades dos seus fregueses, se fez presente na atividade madeireira, pois com a introdução desta última, houve apenas a mudança de foco extrativista. Com efeito, manteve-se intacta a estrutura de dominação do patrão em relação aos seus fregueses (posse da terra, dos meios de produção e, sobretudo, a utilização do sistema de aviamento) e ainda, a presença de valores humanos como a amizade, a fidelidade e o compromisso em ajudar um ao outro, muito embora, aos poucos, estes valores tenham se tornados raros, à medida que foram se esgotando as reservas de madeira na propriedade do patrão e quando o dinheiro em espécie passou a ser preferido pelos fregueses em detrimento a gêneros diversos oferecidos pelo patrão.

Com a implantação da atividade madeireira, ocorrida no ano de 1978, a relação comercial entre o patrão e seus fregueses começou a apresentar mudanças, sendo mais bem observadas com o passar dos anos. Entre as mais importantes, o fato do patrão não poder mais esperar por tempo indeterminado o pagamento dos adiantamentos feitos aos seus fregueses, pois precisava honrar prazos com compradores e com o financiador da construção da serraria. Com isso, os fregueses foram incentivados pelo patrão a produzirem cada vez mais e com rapidez, através da até então desconhecida, compensação financeira por seus trabalhos, mesmo que esta, em boa parte ou integralmente, sempre voltasse aos seus bolsos.

O modo de organização do trabalho presente no seringal e na serraria cruzeiro permitiu ao patrão Antônio Torquato, ao longo dos anos, acúmulo de capital necessário à manutenção e ampliação da sua casa comercial e serraria, e ainda, para o crescimento de seu prestígio social e político na região. Quanto ao novo patrão que o substituiu, a contribuição foi a mesma, porém indo mais adiante, por conta da aquisição de barcos e casas comerciais em centros urbanos. Aos

fregueses, restou a continuação do atrelamento a um patrão, a migração para centros urbanos ou mesmo, a subsistência nas margens dos rios da Ilha.

Mesmo com diversas assimetrias na divisão das vantagens provenientes da cooperação na organização, o grupo se manteve intacto por aproximadamente uma década após a inauguração da serraria, resistindo até mesmo à substituição do patrão no ano de 1982, quando da morte de Antônio Torquato. O fim da organização no ano de 1988 foi precipitado pelo esgotamento das reservas de madeira da localidade (pela falta de manejo adequado e de reflorestamento), o que obrigou o novo patrão a reformular o sistema de aviamento direcionando o foco dos seus financiamentos e adiantamentos de mercadorias especialmente para trabalhadores exógenos preterindo os endógenos e garantindo assim, o funcionamento da serraria.

Com a morte do antigo patrão, muitos de seus fregueses permaneceram no mesmo lugar, uns como posseiros independentes, outros como fregueses diretos do novo patrão, para o qual grande parte das terras foi vendida. Outros buscaram trabalho em outras localidades interioranas, onde sempre eram acolhidos por médias e grandes madeireiras que necessitavam de seus conhecimentos para a extração de madeira em diferentes pontos da região ou de municípios vizinhos. Outros partiram para centros urbanos como Breves/PA, Macapá/AP e Santana/AP e os poucos que ficaram foram forçados a continuarem direta ou indiretamente sob a influência do patrão. A eles resta até à atualidade, o emprego na serraria, a eventual retirada de madeira remanescente, assim como a busca por outros meios de sobrevivência como a coleta do fruto açaí e algumas sementes oleaginosas.



Figura 10: Casas de um ex-freguês de Antônio Torquato, localizadas à margem direita do Rio do Meio na antiga colocação 'Lina', cedida a eles por herdeiros; ao fundo açazial nativo. Foto: André Torquato, março de 2009.

5.1 - Aos fregueses.

O domínio do patrão via sistema de aviamento deixou marcas profundas na condição socioeconômica dos seus antigos fregueses. Apesar da motivação do princípio recíproco da ideologia da organização, (*quanto mais o patrão tiver mais o freguês terá*), enquanto da sua existência, nada foi verificado no que diz respeito ao acúmulo de bens que pudessem equiparar ou pelo menos amenizar a distância social e econômica entre os dois atores.

Com o fim da organização, o cenário social da localidade se transformou bastante. Antes, com a morte do antigo patrão (1982), este já havia passado por mudanças, pois nesse período, alguns poucos fregueses com o consentimento dos herdeiros apossaram-se das colocações onde desenvolviam seus trabalhos e nelas, pela primeira vez, puderam plantar e explorar a floresta de forma livre, vendendo a produção para quem lhes desse melhor preço. Tal liberdade de negociação, em poucos anos, proporcionou-lhe a possibilidade de um melhor padrão de vida revelado pela aquisição de novas terras, móveis, utensílios domésticos, construção ou ampliação de suas residências e, principalmente, pela aquisição de pequenos

barcos motorizados, com os quais praticavam o comércio itinerante reproduzindo, quando possível, a prática do aviamento para receber em troca açaí, palmito, sementes de pracaxi, andiroba e outros.



Figura 11: Pequena embarcação que pratica comércio itinerante (regatão, marreteiro), nos rios da Ilha do Mututi. Foto: André Torquato, agosto de 2009.

No cotidiano dos fregueses que permaneceram nas posses do novo patrão e, portanto sob a sua influência, foram observadas transformações: cessando-se ou tornando-se raro o financiamento ou adiantamento de mercadorias para o desempenho de seus trabalhos, a grande maioria voltou-se para atividades de subsistência como a agricultura, a caça, a pesca e a coleta do fruto açaí; uns poucos permaneceram na vila como funcionários diretos da serraria, ou desenvolvendo pequenos serviços que antecedem ou complementam o processo de beneficiamento da madeira. Já a pequena parte que deixou a localidade ribeirinha fixou-se em outras localidades ou em centros urbanos próximos. Nas outras localidades, dependendo da função exercida, os fregueses encontraram a mesma relação de outrora, ou seja, a dependência de um patrão proprietário de meios de produção que lhes garantissem o financiamento ou adiantamento de mercadorias e dinheiro para a extração da madeira.



Figura 12: Uma das casas da vila cedidas pelo patrão a funcionários da madeireira que está ao fundo. Com a morte do antigo patrão esta serraria substituiu a 'Cruzeiro'. Foto André Torquato, julho de 2008.

Nos centros urbanos, disputando espaço com outros migrantes interioranos com histórico semelhante, os fregueses encontraram poucas oportunidades de empregos formais compatíveis com as suas habilidades. Na cidade de Breves/PA, na década de 1980, algumas madeireiras situadas nas suas extremidades proporcionavam essas oportunidades, no entanto não podiam absorver toda a oferta de mão-de-obra existente. Com efeito, no final da década, as principais ruas e logradouros da cidade viviam tomados por homens, mulheres e crianças trabalhando na informalidade como carregadores, vendedores de doces, salgados, picolés, etc. Outros, com dinheiro resultante de indenizações ou de causas trabalhistas, constituíam pequenos comércios na periferia (baiucas, tabernas, mercearias) ou investiam em pequenas casas de show, bancas de camelôs, bares etc.

Para os fregueses que decidiram partir para as cidades, a dificuldade inicial de se manterem fora da cooperação existente na organização foi bem maior: os centros urbanos, a negociação de compra e venda encontrada era essencialmente monetarizada, portanto a de outrora não fazia sentido e nem era incentivada. Desta forma, durante o período em que estivessem sem emprego, sobreviviam com o que ganhavam em pequenas vendas ou serviços esporádicos encontrados na vizinhança (*bico*). Contudo, aos poucos foram ganhando espaço

no ambiente urbano a ponto de tomarem posições sociais que lhes distanciaram bastante das condições anteriores, fato evidenciado na fala abaixo.

Informante 19: *“No tempo que eu saí de lá do Furo do Gil [1984], a serraria dos Salviano tava com tudo, aí eu fui tirá madeira pre’ eles, passei quaji dois anos com eles. Depois eu vim pra cá pra Breves, eu cumprei ixe terreno aqui e fiz a casa, num fui fácil, tive dia de nos passar fome; eu ia pra rua vender chupp e unha [suco congelado e bolinho de farinha de mandioca com recheios diversos], pra vê se cumprava aquelas puquequinha das iscuisas pra cume! Dava sardade do mato, porque lá o patrão num dexava nos passá fome; mas num podia vortar, os menino tavu no colégio e tinha a casa, eu não ia dexá ela pros utros, ainda quis vender mais num tinha quem cumprasse, ninguém tinha dinheiro. As iscuisas veio ficá boa quando eu arrumei selviço na Companhia Amazônia [madeireira] lá em Purtel, ai andei pra Gurupá, Purto de Moz e depois ainda trabalhei aqui na serraria do Jâme e na Madenorte, fui quando eu peguei uma grana e fiz essa taberna, ...era meu sonho ter um comércio! ...ser patrão também [risos]; e daqui, graças a Deus tu vivendo! Tu aposentado, a velha tombém, tenho uns quantos freguês certo que me pago diretinho, dá pra levá, né?”*

Os antigos fregueses que continuaram na Ilha do Mututi após 1988 que ficaram nas terras do novo patrão, dependiam e em grande medida, ainda dependem direta e indiretamente do poder econômico e do prestígio político do patrão, dono da vila e da serraria nela existente, mas os fregueses que continuaram na ilha como posseiros independentes, um pouco menos, por conta de suas relativas autonomias que lhes permitiam (e ainda permite) certa semelhança com as prerrogativas de um patrão. Já os que partiram para as cidades em busca de melhores condições de vida, assim como os que ficaram, tiveram e carregam consigo a idéia de que estando à frente de um comércio, com clientes fiéis, que comprem e paguem mercadorias fiadas ou à vista, é a primeira etapa para alcançar uma melhor posição na escala social, por isso se empenham na busca por capital ou patrões que lhes proporcionem tal resultado. Durante a pesquisa de campo, nas visitas a estes homens nos bairros periféricos da cidade de Breves/PA e nos rios da Ilha do Mututi, frequentemente encontravam-se estes atrás de um balcão, em pequenos comércios que ainda hoje, no que diz respeito à Ilha, promove resquícios do aviamento característico do passado.



Figura 13: Ex-freguês do patrão Antônio Torquato atrás do balcão de seu pequeno comércio localizado na Ilha do Mututi, Rio do Meio. Foto: André Torquato, agosto de 2009.

Para esses homens, os anos vividos na organização sob o comando de um patrão que se utilizava do sistema de aviamento para acumular capital, fizeram com que este tipo de negociação fosse reproduzida por muitos como uma das poucas formas conhecidas para se obter lucros no ambiente florestal afastado dos centros urbanos e com pouca ou insuficiente circulação de dinheiro em espécie. Com efeito, após o fim da organização, este sistema representou o único meio conhecido por eles, o de criarem expectativas econômicas, muitas vezes viáveis, de se manterem em uma nova época.

5.2 - Ao patrão.

As condições econômicas e sociais de patrões em questão sempre foram mantidas e acrescidas pelo trabalho de seus fregueses atrelados ao sistema de aviamento. Através desse sistema, os primeiros se apossavam quase que totalmente dos valores econômicos produzidos, tanto pela extração da borracha, quanto pela exploração de madeira retiradas de suas propriedades ou da vizinhança. Para isso, as organizações chefiadas por esses homens

formavam um perfeito labirinto de relações que, embora diversas negociações tomassem diferentes rumos, no final, grande parte dos resultados econômicos destas acabavam se afunilando, manipuladamente ou não, em direção aos seus interesses.

Com a atividade madeireira na Ilha do Mututi e em outras localidades do município, houve uma razoável circulação de dinheiro em espécie, tanto antes, quanto depois do fim da organização. Contudo, esse dinheiro indubitavelmente era canalizado de volta aos patrões por criação de artifícios ou por posição privilegiada no local. No trabalho de campo encontramos instrumentos que levavam a essas duas vias. O primeiro instrumento era a promoção de grandes festejos dançantes, bingos e torneios de futebol, onde os trabalhadores eram o público esperado. Com efeito, em poucas horas, o consumo de bebidas, comidas e outros produtos oferecidos no momento, exauria o ganho de um ou dois meses de trabalho. O segundo, diz respeito à presença de fracas e insuficientes opções de estabelecimentos comerciais onde se pudesse consumir. O que permitia o quase monopólio do comércio do patrão por toda a região por conta da variedade e qualidade de produtos expostos nas prateleiras. Fazendo com que essas e outras práticas comerciais levassem muitos patrões a se tornarem pequenos empresários, aplicando seus lucros em renovados ramos como o transporte fluvial de passageiros, postos de combustível, farmácias, comércios etc. Desta forma, em pouco tempo esses empresários se figuraram, juntamente com suas famílias, como a elite econômica e política do município.

Na Ilha do Mututi, a condição de líder da organização por alguns anos, proporcionou ao patrão que substituiu Antônio Torquato, o acúmulo de capital que foi investido, entre outros, na modernização da serraria, na aquisição de embarcações de médio porte, casas e pontos comerciais em centros urbanos, reforma de casas e pontes da vila, etc. Esse crescimento reforçava cada vez mais a sua posição de destaque na sociedade ribeirinha e, quando do fim da organização, no final da década de 1980, o fato não significou o esgotamento da sua influência sobre a maioria dos habitantes da Ilha; sua condição de maior proprietário de comércio e meios de produção existentes na localidade, continuou lhe garantindo papel de destaque na região: muitas famílias dependiam (e ainda dependem) dele para trabalhar, para negociar e até mesmo para ter onde morar. Por intermédio dessa dependência, desde o início, o novo patrão se tornou um grande formador de opiniões dentro da localidade, atraindo para si a atenção de políticos em campanha ou em legislatura. Fato que

soube ser mais bem aproveitado através do seu ingresso na política partidária, permitindo a atração para a vila de alguns serviços públicos municipais, como uma escola de ensino fundamental e um posto médico com uma enfermeira permanente.

Nos dias de hoje, mesmo com influência local, posse de meios de produção, presença de potencial mão-de-obra e consumidores, o novo patrão não possui visível destaque na vida econômica do município. Atualmente, apresenta-se decadente em relação ao passado, por não ter onde nem como investir em outros meios. Seu comércio há anos está fechado, a estrutura física e motriz de sua serraria está com aspecto de abandono e sucata respectivamente, suas matas há tempo estão esgotadas de vários produtos, entre eles a madeira. A borracha, as drogas do sertão e outros poucos produtos existentes e potencialmente aproveitáveis não encontram mercados, descompensando a atividade de extração e coleta. A pesca, atividade secular na região, que poderia ser explorada, vem sofrendo bastante com a concorrência industrial das empresas pesqueiras que atuam nas proximidades. Nestes tempos, na Ilha, somente a comercialização do fruto açaí encontra-se em franca expansão, podendo aferir lucros com o seu plantio e manejo, porém, até o momento da pesquisa no local, esse não era o foco nas terras do novo patrão. Com isso, o que lhe resta atualmente na Ilha, é o beneficiamento, quando possível, de pequenas quantidades de madeiras que são retiradas por posseiros da vizinhança e a tentativa sempre renovada a cada pleito eleitoral no município de Breves/PA, de eleger um membro da família como vereador, contando sempre com o eleitorado cativo que imagina possuir.

A pesquisa mostrou, através do contato com antigos patrões atuantes na transição da atividade de extração de borracha para a de madeira no município, que apesar dos patrões estarem à frente de uma bem elaborada organização de trabalho que lhes garantiu, de maneiras diversas a possibilidade de uma acumulação razoável de capital financeiro, na atualidade poucos mantêm um padrão de vida elevado ou um poder político ou econômico reconhecidamente forte a nível estadual. De acordo com Carneiro (2006), apesar de todo o capital movimentado e adquirido pelos patrões, através das relações de aviamento, muitos não puderam se manter na posição de empresários por falta de tino empresarial, necessário a um novo cenário econômico regional surgido com a intenção do Governo Federal de “desenvolver” a Amazônia. Neste sentido o autor vai mais adiante:

“Poucos conseguiram destaque no cenário estadual, no sentido de manter relações comerciais com diversas cidades inclusive com a capital. Quando isso acontece é em sua maioria relações comerciais de gêneros que abastecem o comércio local e através da navegação que liga suas localidades à capital paraense. A elite da região das Ilhas é muito empobrecida frente às de outras regiões do Pará; sua influência e poder é localizada e bastante reduzida, ainda reflete neste sentido, a influência dos padrões de outrora.” (Carneiro, 2006, p.41)

A presença do patrão na Ilha do Mututi em muitos casos, ainda é imprescindível e respeitada por ser ele (o patrão) um dos únicos e o mais influente canal de comunicação entre a população e o poder público municipal. Ainda proporciona, mesmo que de forma esporádica, ocupação aos homens da vila nas semanas ou meses, nos quais a serraria permanece em funcionamento. Com o processo de decadência dos seus meios de produção, em especial o esgotamento das reservas madeireiras de suas terras e o fechamento do comércio, perdeu gradativamente a sua condição de agente aviador para a extração de madeira e outros, abrindo assim, espaço para pequenos comerciantes atuarem na localidade, reproduzindo os moldes do passado com pequenos financiamentos em dinheiro e mercadorias para receberem em troca, madeira em tora, palmito, açaí, camarão etc.

5.3 - Ao comércio.

Por intermédio deste estudo, tornou-se evidente que o sistema de aviamento foi o arrimo da organização madeireira da Ilha do Mututi, assim como de outras organizações surgidas de antigos seringais no Município de Breves/PA. Com efeito, este sistema deixou diversos resquícios de sua persistência no cotidiano relacional destas localidades e nas condições sociais e econômicas dos seus habitantes da atualidade. Contrariando os que imaginam que há anos esta relação já é finda em todos os seus aspectos, esta pesquisa detectou que na Ilha do Mututi e em outras localidades do município, ainda hoje é bastante difundida em diversas relações econômicas mantidas entre ribeirinhos isolados e proprietários de vilas espalhadas ao longo dos mais remotos rios, como mostra a imagem seguinte:



Figura 14: Dois extratores de madeira do Rio Furo do Gil acertando contas com o patrão. Foto: André Torquato, agosto de 2009.

Ao buscarmos respostas para o porquê dessa relação persistir na Ilha do Mututi, mesmo com fracas atuações extrativas e com patrões não tão fortes como no passado, são pertinentes as considerações de Aramburu (1994), que diz que a serventia deste tipo de negociação, nestas localidades, é a de unir o mundo do caboclo, por mais isolado que esteja, à sociedade regional e nacional através de seus consumos, muito embora esta se constitua, ao mesmo tempo, como a principal barreira ao desenvolvimento, e à modernização da vida e das relações sociais e mercadológicas. De acordo com o autor, ao mesmo tempo em que o sistema constitui um obstáculo à difusão das relações de mercado, o produtor não tem acesso a este a não ser por meio do aviamento, o que torna a sua prática sempre presente e renovada nestas localidades. Neste sentido, o sistema de aviamento, criado no século XVII na Amazônia para se tornar um mecanismo capaz de assegurar a exploração racional das drogas do sertão, como mostra Weinstein (1993); resguardando todas as diferenças de emprego e objetivos, ainda hoje, através de suas variações continua presente e necessário em grande parte do Município de Breves/PA e municípios vizinhos como indica o estudo de Lima & Pozzobon (2005), no qual foi verificado que o sistema de aviamento é prática corrente em todo o Oeste da Amazônia, e que até os nossos dias é usado para explorar produtos florestais tais como a madeira, sementes e outros.

Ao considerar que este comércio beneficia em maior proporção somente um lado (*o lado do aviador*), Loureiro (1992) afirma que este modo de negociação, por ser uma estrutura social fundada na super exploração dos trabalhadores diretos, mesmo nas pequenas diversificações de estruturas produtivas urbanas e rurais, conteve traços fundamentais de um sistema social altamente concentrador. Com efeito, foi o responsável pela formação de uma sociedade na Amazônia com milhares de pobres, alguns poucos “remediados” e uma minoria rica.

Na Ilha do Mututi, resguardando os padrões de vida da localidade, a pesquisa encontrou muitos pobres convivendo com o patrão e pequenos proprietários que podemos classificar, neste ambiente, como os “remediados” citados pela autora. Contudo, é evidente em relação aos fregueses do passado, e os de agora, a melhor condição econômica e social dos familiares dos antigos chefes da organização da Ilha e de outras localidades onde estas existiram. Isso se deve ao fato de que as relações comerciais entre o patrão e os seus fregueses terem funcionado, constantemente, sem a mediação de moeda, caracterizando uma prática de escambo, onde a moeda foi utilizada somente como referência de valor; transformando o patrão, segundo Aramburu (1994) citando Miyazaki & Ono (1958, p. 369), em um “*capitalista-agiota pré-moderno*”.

Como podemos perceber, a permanência da estrutura organizacional, onde relações diversas (cooperação, ajuda mútua, reciprocidade, etc.) entre patrões e fregueses, nasciam e se mantinham por intermédio do sistema de aviamento, desde a sua implantação na Ilha deixou como principal legado a facilidade de acúmulo de capital por uns em detrimento de outros, de maneira deliberada ou não, seja lá onde e de que forma ele esteja presente. Com efeito, seus resquícios ainda se fazem presentes no cotidiano e no imaginário da população local, como uma das poucas oportunidades e/ou formas de negociação reconhecidamente lucrativas e possíveis para patrões e fregueses, respectivamente.

Outras duas heranças da persistência do aviamento na Ilha do Mututi foram listadas pela observação através da pesquisa, do período pós final da organização (1988): I) Neste período, estendendo-se até os dias de hoje, o novo patrão que substituiu Antônio Torquato, constituiu um patrimônio relativamente grande para os padrões da localidade, o que o diferenciou bastante social e economicamente dos seus antigos e novos agregados; e por intermédio deste, ganhou prestígio frente a alguns moradores da Ilha e com políticos

municipais. II) Também neste período, houve um considerável êxodo rural de antigos fregueses da localidade, o que os expôs a toda sorte de deficiências de infra-estruturas urbanas na sede do município e em outras cidades para onde migraram.

Os legados da forma peculiar de organização encontrada na Ilha do Mututi nas décadas de 1970 e 1980 e anteriormente a estas, hoje denunciam os resultados causados pela presença de latifúndios e a ausência de políticas públicas de distribuição e/ou regularização de terras para pequenos produtores nestas localidades, fazendo com que uma parcela significativa da população do Estado ainda permaneça e reproduza um passado persistente e explorador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resposta à questão problema deste estudo foi dada pelo casamento perfeito entre a teoria e os dados empíricos coletados nos campos da pesquisa. A coleta de dados fora da Ilha do Mututi e, com informantes alheios a essa organização, reforçou aspectos das relações encontradas no antigo ‘Seringal Cruzeiro’. Pelo fato dessa modalidade de interação ter se tornado o paradigma das relações sociais e comerciais do Município de Breves/PA desde o final do I Ciclo da Borracha (1850-1912). Com a introdução da exploração e beneficiamento de madeira na década de 1970, esta foi utilizada e aos poucos foi perdendo força. Muito embora, hoje, ainda se verifiquem seus resquícios.

Ao analisar a substituição do contexto extrativista da borracha pelo da extração e beneficiamento de madeira na área do antigo ‘Seringal Cruzeiro’, aferiram-se, no âmbito das relações sociais e comerciais entre o patrão e seus fregueses, substituições, transformações e permanências da forma de organização anteriormente apresentada. O ambiente e as relações de trabalho encontrados na exploração da borracha foram marcados pela atividade de um grupo coeso, particular, quase resguardado e isolado de influências externas; voltados para a subsistência e a manutenção do padrão de vida possível no momento, relacionando-se comercialmente através do sistema de aviamento. Essas características de um grupo isolado (a despeito de ser uma empresa privada, visto que o patrão era o dono das terras e o agente

aviador do grupo), teve a feição de uma organização, onde se praticava a cooperação e a ajuda mútua, pois naquele ambiente um tornava-se imprescindível à manutenção do outro. Com a inauguração da serraria no ano de 1978, o grupo manteve-se como outrora, porém os potenciais ganhos na relação de aviamento por conta da substituição de um produto quase sem valor por um bastante valorizado, somado à necessidade de regularidade na extração e no beneficiamento da madeira, mostrou a fragilidade da cooperação, da ajuda mútua e dos laços formados por valores humanos forjados no aviamento local. Contudo isso não representou o fim do grupo, mas sim a reformulação dos meios de negociação, através de variações diversas da prática de financiamentos e adiantamentos de dinheiro e mercadorias para o desempenho de determinados serviços relacionados à atividade madeireira ou não.

O isolamento da localidade, a deficiência de renovação de mão-de-obra e a falta de concorrência que fizesse frente ao patrão, fizeram com que os membros do grupo continuassem dependentes uns dos outros até o esgotamento das reservas madeireiras da localidade, o que significou o fim da organização. Nesse período, através do patrão, o sistema de aviamento permaneceu com a mudança de foco retirado da localidade e direcionado para onde pudesse encontrar madeira; permaneceu também mais ou menos, em diferentes formas de trabalho do dia-a-dia dos moradores da área, pois foi o meio mais difundido, conhecido e, às vezes possível, para almejar vendas, consumo e mobilidade social na remota localidade.

A persistência do aviamento na atividade madeireira da Ilha do Mututi até 1988, contribuiu para o acúmulo de capital necessário para a diversificação de atividades produtivas, para o acréscimo de patrimônios e influência política do patrão. Aos fregueses, contribuiu para a permanência de suas condições de subordinados, explorados e dependentes. Na atualidade, mesmo com a visível decadência de seus meios de produção, o patrão ainda se beneficia dos resultados, do que ainda resta do seu patrimônio, constituído, em sua maioria, pelo trabalho de seus fregueses diretos e indiretos, via sistema de aviamento. Quanto aos antigos fregueses da localidade, o sistema de aviamento do passado é lembrado como explorador, porém necessário e fácil para suprir suas necessidades imediatas; e assim, como os atuais trabalhadores que hoje fazem a vez daqueles, continuam tendo-o (e quando possível reproduzindo-o) como o único modelo comercial eficaz e necessário nas relações de compra e venda da localidade.

Este estudo, resguardando singularidades, compõe particularidades da formação social e econômica de grande parte das vilas interioranas ribeirinhas presentes na Região das Ilhas, no Marajó e na da Região Oeste do Pará; pois nas últimas cinco décadas do século XX, essas regiões estiveram envolvidas, tanto com a extração de borracha, quanto com a de madeira e fizeram uso do sistema de aviamento como parâmetro comercial e de produção destes e outros produtos, deixando como resultado a dependência e o empobrecimento de trabalhadores em relação ao enriquecimento de seus empregadores. Em pesquisa de campo na localidade Vila dos Macacos, no Distrito dos Macacos, Município de Breves/PA, ao se aplicar a questão “*Na atualidade, quem está em melhores condições, o senhor (a) e/ou sua família ou a família do seu antigo patrão? Por quê?*”, a um antigo freguês de um patrão que atuava nas proximidades da vila, ele respondeu da seguinte forma:

Informante 20: “*A família dile, nom! Espie o sinhú na tapera que eu tú e vá vê a casa diles lá na cidade [Breves/PA], é uma verdadeira beleza! ...era desconforme home trabalhando pre'ele; tudo só ia no comércio dile ai só podia subí, nom? ...ainda tem freguês dile sem cê eu por aqui, muito já moreu, tivi uns que furo embora. Dos que tá por aqui, num é querendo me empavulá, mas seu menino eu é que ainda to na milhó cundiçom, meu filho me ajuda eu tu pusementado, vivo só, a minha neta e o filhinho dela, então dá pra nós viver bem graças a Deus!*”

A prática prolongada do sistema de aviamento e suas variações em áreas de pequenos e médios latifúndios, com organizações parecidas com as existentes na Ilha do Mututi ou na Vila dos Macacos, ajudou a formar as classes sociais hoje existentes no Município de Breves/PA. Apesar da grande movimentação de dinheiro e mercadorias efetuadas pelos patrões, tanto no período da borracha, quanto no da madeira, poucos na atualidade, representados por si ou por seus familiares, encontram-se na “*minoría rica*” de Loureiro (1992). Porém, os que estão, podem ser considerados como símbolos de expressão máxima da acumulação de poder econômico, material e político, alcançados pelas prerrogativas de um patrão interiorano brevense. Destes, podemos citar três exemplos de famílias que tiveram suas origens na chefia de organizações extrativistas de borracha e madeiras parecidas com a da Ilha do Mututi e hoje, são proprietárias dos maiores grupos empresariais atuantes no município, são elas: A família Rebelo (membro ex-prefeito), com sua atuação inicial no Barracão Santa Maria, no Rio Pararijó, Distrito dos Macacos, atualmente atuantes no ramo de

radiodifusão, televisão, navegação, indústria e comércio; a família Custódio (membro ex-prefeito), com sua atuação inicial no Barracão São José, no Rio Buiussu, Distrito do Curumu, atualmente atuantes nos ramos da navegação e comércio; e a família Leão (membro atual prefeito), atuante há anos na Vila Vista Alegre localizada no Rio Curumu, no Distrito de mesmo nome, atualmente nos ramos da navegação, indústria e comércio.

Diante do exposto, este trabalho chama atenção para as mazelas sociais e as disparidades econômicas e sociais, resultantes da posse da terra por um reduzido número de indivíduos que invariavelmente tiraram proveito do poder econômico que possuíam para explorar os menos favorecidos. Durante décadas e gerações, os homens dessas localidades viveram reproduzindo um modo de produção explorador que só poderia ser erradicado com a implantação e execução de políticas públicas que visassem oferecer meios de assegurar ao pequeno produtor e ao trabalhador rural, condições de trabalho e de mercado para a sua produção, através de garantias da utilização racional e democrática dos recursos naturais através da distribuição de títulos definitivos de terras, do fomento de diversificadas produções com presença de assistência técnica, da possibilidade de armazenamento e transporte; de incentivos ao associativismo; das oportunidades de créditos e de incentivos fiscais. Com a adoção destas medidas, promover-se-ia um considerável desenvolvimento rural, com o fim da exploração desordenada de recursos naturais que historicamente mostrou-se incapaz de promover uma estabilidade econômica duradoura, lucrativa e igualitária. Tais medidas mostram-se necessárias aos habitantes das localidades interioranas, contribuindo para a permanência dos seres humanos nos seus locais de origem, com renovadas e concretas expectativas de crescimento. Contudo, nas localidades visitadas, encontra-se o consenso difundido sobre o tema, mas não se percebem mobilizações populares e muito menos interesse de políticos locais voltados para esse fim. O que faz pensar, que o *passado* ainda se fará persistente por longos anos na Ilha e em outras localidades afastadas do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Usadas no texto:

ARAMBURU, Mikel. *Aviamento modernidade e pós-modernidade no Interior amazônico, 1994*. in: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_09.htm Acessado em outubro de 2008.

BARROS, Ana e VERISSIMO, Adalberto. *Expansão madeireira na Amazônia: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Pará* / Editado por Ana Cristina Barros e Adalberto Veríssimo. - Belém: Imazon, 2002.

CARNEIRO, André Luiz Torquato. *Resquícius sociais dos barracões do lado norte da Ilha do Mututi no Município de Breves/PA*. Trabalho de Conclusão de Curso – TTC, Curso de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, CFCH /UFPA, Belém, 2006.

CHAZEL, François. *Poder*. In: BOUDON, R. (dir.). *Tratado de sociologia*. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995a, p.213-245.

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. *Die Zwänge kollektiven Handelns: Über Macht und Organisation*. Trad. E. Friedberg; S. Stelzer. Hain, Frankfurt a.M., 1993. 391p. <Original: L'acteur et le système. Paris: Édition du Seuil, 1977³

CUNHA, Luis Henrique. *Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: Arranjos institucionais e mediação externa*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido / NAEA, 2002.

DURHAN, E. R. *A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas*. In: CARDOSO, R. (org.). *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17-38.

FLICK, Uwe. *Uma introdução a pesquisa qualitativa*. 2 :Ed. Porto Alegre: Bookmam, 2004.

³ Tradução: Profº. Drº Heribert Shimitz.

FRIEDBERG, Erhard. *Organização*. In: Boudon, R. (dir.). *Tratado de sociologia*. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995a. p.375-412.

_____. *O poder e a regra: dinâmicas da acção organizada*. Trad. A.P. da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1995b. 412p.

GEFFRAY, Christian. *A opressão paternalista: Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro*. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. *Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social*, 2005. in: http://www.scielo.br/scielo.php?S0103-40142005000200004&script=sci_arttext&tlng=en Acessado em 19 de junho de 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana, nº. 1).

O'DWYER, Eliane. *Reserva extrativista e sistema de aviamento na Amazônia: O caso da exploração madeireira no rio Juruá*, 1998. In: <http://www.redeamazonia.com.br/node/61> Acessado em 14 de abril de 2009.

QUEIROZ, M. I. P. *Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"*. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

SABOURIN, Eric. *A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade*, 2008. In: http://www.facesdobrasil.org.br/midiateca/doc_details/287-economia-solidaria-no-meio-rural-brasileiro.html. Acessado em 15 de agosto de 2009.

CASTEL, O. *La dynamique institutionnelle de l'économie populaire solidaire dans les pays du Sud*. in: SABOURIN, Éric. VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Quito, Ecuador, 2006. in http://publications.cirad.fr/une_notice.php?dk=540619 Acessado em 23 de maio de 2009.

SAMPAIO, Aldo César Figueira. *O Trabalho de Sísifo: Crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviamento (1914-1919 / 1943-1952)*. Dissertação de Mestrado: Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento / NAEA, 2002

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

TAVARES dos Santos, J. V. *A aventura sociológica na contemporaneidade*. In: ADORNO, S (org). *A Sociedade ente a Modernidade e a Contemporaneidade*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1993,73-84p.

TEMPLE, D. *As origens antropológicas da reciprocidade*. Traduzido por Eric Sabourin, 2009. In: <http://www.jornaldomauss.org>. Acessado em 14 de julho de 2009.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: Estudo do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1977.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. II. Trad. R. Barbosa, K.E. Barbosa; rev. téc. G. Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 584p.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência 1850 – 1920*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. _ (Estudos históricos; 20).

VELHO, G. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Usadas como suporte, consultadas sem inserção no texto.

ADAMS, Cristina, Ed.; MURRIETA, Rui, Ed.; NEVES, Walter, Ed. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

ANDERSON, Anthony. “*Extratativismo vegetal e reservas extrativistas: Limitações e oportunidades*” In: ARNT, R. et. Ali. (eds). *O Destino da Floresta*. Rio de Janeiro: Relume Oumará, 1994.

BERNOUX, Philippe. *A Sociologia das Organizações*. Lisboa, RÉS-EDITORA, LDA, 2005.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1976.

BURNS T., STALKER G. M, *The Manegement of Innovation*. Londres: Tavistock, 1961.

CROZIER, Michel. *O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural*. Trad. J.A.G. Sobrino. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 450p. <Original: Paris: Ed. du Seuil, 1964>

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. *Na ilharga da fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945 a 1970*. Belém: Açai, 2008.

EMMI, Marilia Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2. Ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Trad. Sandra Regina Netz. 4. Ed. Porto Alegre : Artmed, 2005.

HATOUM, Milton. *Os órfãos do eldorado*. Romance. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Estudos e problemas amazônicos: História social e econômica e temas especiais*. 2ª ed. Belém, CEJUP, 1992.

MARX, Karl. *O Capital: A Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: B. Brasil,1988.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O Caboclo e o Brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX” In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 1979.

OLSON, Mancur. *A lógica da acção colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Trad. M.D.C. Guerreiro; M.L. Faria. Rev.Téc. P.T. Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1998.168p. <Original: 1965>

PICARD, Jacky. *O clientelismo nas colônias agrícolas do sudeste do Pará*. In: *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

PRADO, Edy. *Cooperativa agrícola santo Antônio: uma ação coletiva bem sucedida no Município de Marituba-PA*. Dissertação de Mestrado em Sociologia / PPGCS, 2008.

PORTUGAL, Silvia. *Contributos para uma análise do conceito de rede na teoria sociológica*. Oficina do CES n°. 271. Belém, 2007.

RIBEIRO, Raimundo. SANTANA, Antônio. TOURINHO, Manoel. *Análise Exploratória da Socioeconômica de Sistemas Agroflorestais em Várzea Flúvio-Marinha, Cametá-Pará, Brasil*. Revista de Economia e Sociologia Rural, in: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v42n1/20926.pdf>, 2003. Acessado em 22 de janeiro de 2009.

SCHMITZ, H.; MAGALHÃES, L.E.L. *Influência das relações institucionais na execução do Projeto Lumiar no Pará*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 23, 1999, Anais, Brasília: SOBER, 1999. (CD).

SCHMITZ, H. *Projeto Lumiar: alternativa de assistência técnica frente à proposta do "novo mundo rural"*. In: GICO, Vânia de Vasconcelos; LINDOSO, José Antônio Spinelli; SOBRINHO, Pedro Vicente Costa (Orgs.). *As Ciências Sociais: desafios do milênio*. Natal: EDUFRN, 2001, p.337-371.

SOUZA, Márcio, 1946. *Breve história da Amazônia: A incrível historia de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

TIBURCIO, Breno. VALENTE, Ana. *O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em território Kalunga (GO)*. Revista de economia e sociologia rural, in: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/10.pdf>, pag. 506. Ano 2006. Acessado em 22 de janeiro de 2009.

VEIGA, Iran; ALBALADEJO, Christofhe. *A formação do território à nível local e a emergência da ação coletiva: Análise das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá, Amazônia oriental*. In: *Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento*. Vol. 1, n° 3. Belém: UFPA/CA/NEAF, 2002.

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIRO DE ORIENTAÇÕES DA ENTREVISTA - PATRÕES

I - DADOS PESSOAIS

- 1 - Qual o seu nome e idade?
- 2 - Onde o senhor nasceu?
- 3- Onde sua família estava inicialmente estabelecida?
- 4 - Qual a origem de seus avós e quais as atividades desenvolvidas por eles?
- 5 - Quais as atividades desenvolvidas pelos seus pais?
- 6 - Quais os ramos econômicos em que sua família esteve envolvida nos últimos 60 anos?

II – ORGANIZAÇÃO

- 1 - De quem era a propriedade onde sua família esteve e/ou está estabelecida?
- 2 - Qual era a atividade econômica da localidade?
- 3 – Sua família possuía fregueses? *Quantos?*
- 3 - O senhor e/ou sua família financiou a agricultura? *Como era este financiamento?*
- 4 - O senhor e/ou sua família financiou a extração da borracha? *Como era este financiamento?*
- 5 - O senhor e/ou sua família financiou a extração da madeira? *Como era este financiamento?*
- 6 - Pra quem a família vendia a produção?
- 7 - Como ele (a) lhe pagava?
- 8 – A família possuiu serraria? *Em que ano foi instalada?*
- 9 - O que mudou nos negócios com o surgimento das serrarias?
- 10 - O que permaneceu como antes? *Por que não mudou?*

10 - Na sua opinião qual foi o melhor período, o da borracha ou o da madeira? *Por quê?*

III - SISTEMA DE AVIAMENTO

1 - Para o senhor, o que é aviamento?

2 - O comércio da família teve um patrão financiador? *Quantos?*

3 - A relação comercial entre o patrão financiador e sua família era justa pra ambas as partes?

4 - Hoje, a que o senhor atribui a sua condição social e econômica? *Por quê?*

5 - Na atualidade o senhor tem patrão? *Por quê?*

IV - PODER & DOMINAÇÃO

1 - Para o senhor (a), o que é um patrão?

2 - Para o senhor (a), o que é um freguês?

3 - O que um freguês deve esperar de um patrão? *Por quê?*

4 - O que um patrão deve esperar de um freguês? *Por quê?*

5 - Quem depende mais um do outro: o patrão do freguês ou o freguês do patrão? *Por quê?*

6 - O que faz com que um patrão domine uma região?

7 - O patrão tem poder sobre os fregueses? Quais e *por quê?*

8 - O freguês tem poder sobre os patrões? Quais e *por quê?*

V – RECIPROCIDADE

1 - O que é fidelidade?

2 - O freguês é fiel com o patrão? *Pro quê?*

3 - O patrão é fiel com o freguês? *Por quê?*

ROTEIRO DE ORIENTAÇÕES DA ENTREVISTA - FREGUESES

I - DADOS PESSOAIS

- 1 - Qual o seu nome e idade?
- 2 - Onde o senhor nasceu?
- 3 - Qual a origem de seus avós e quais as atividades desenvolvidas por eles?
- 4 - Quais as atividades desenvolvidas pelos seus pais?
- 5 - Quais as atividades desenvolvidas pelo senhor no decorrer da sua vida?

II - ORGANIZAÇÃO

- 1 - De quem era a propriedade onde o senhor nasceu?
- 2 - Qual era a atividade econômica da localidade?
- 3 - O senhor trabalhou na agricultura? *Como era o trabalho?*
- 4 - O senhor trabalhou extraindo borracha? *Como era o trabalho?*
- 5 - O senhor trabalhou extraindo madeira? *Como era o trabalho?*
- 6 - Pra quem o senhor entregava a sua produção?
- 7 - Como ele (a) lhe pagava?
- 8 - O que mudou no trabalho com o surgimento das serrarias?
- 9 - O que da atividade da borracha continuou na atividade madeireira? *Por que não mudou?*
- 10 - Na sua opinião qual foi o melhor período, o da borracha ou o da madeira? *Por quê?*

III - SISTEMA DE AVIAMENTO

- 1 - Para o senhor, o que é aviamento?
- 2 - Quantos patrões o senhor teve? - *Quem foram e com que eles trabalhavam?*
- 3 - A relação comercial entre o senhor e seu (s) patrão (ões) era justa?

4 - Com qual patrão o senhor gostou mais de trabalhar, por quê?

5 - Com qual patrão o senhor não gostou de trabalhar, por quê?

6 - Na atualidade quem está em melhores condições, o senhor (a) e/ou sua família ou a família do seu antigo patrão? Por quê?

7 - Na atualidade o senhor tem patrão? *Por quê?*

IV - PODER & DOMINAÇÃO

1 - Para o senhor (a), o que é um patrão?

2 - Para o senhor (a), o que é um freguês?

3 - O que um freguês deve esperar de um patrão? *Por quê?*

4 - O que um patrão deve esperar de um freguês? *Por quê?*

5 - Quem depende mais um do outro: o patrão do freguês ou o freguês do patrão? *Por quê?*

6 - O que faz com que um patrão domine uma região?

7 - O patrão tem poder sobre os fregueses? Quais e *por quê?*

8 - O freguês tem poder sobre os patrões? Quais e *por quê?*

V - RECIPROCIDADE

1 - O que é lealdade?

2 - O freguês é leal com o patrão? *Pro quê?*

3 - O patrão é leal com o freguês? *Por quê?*

ANEXOS II



Figura 15: Entrevista com ex-freguês de Antônio Torquato, 'Seu Waldemar' - 90 anos. Rio do Meio, Ilha do Mututi. Foto: Daniel Torquato, agosto de 2009.



Figura 16: Figura 9: Entrevista com ex-freguês, 'Seu Francisco' - 78 anos. Rio dos Macacos. Foto: Auto retrato, junho de 2009.



Figura 17: Entrevista com ex-freguês da Família Salviano, 'Antonio Rodrigues' - 86 anos. Rio dos Macacos, Vila dos Macacos, Distrito dos Macacos. Foto: Auto Retrato, maio de 2009.



Figura 18: Ruínas da sede do antigo 'Seringal Cruzeiro', 'Barracão Cruzeiro', na confluência dos rios Furo do Gil e do Meio, Ilha do Mututi. Foto: André Torquato, julho de 2008.



Figura 19: Serraria do patrão que substituiu Antônio Torquato no comando da organização na Ilha do Mututi. Foto: André Torquato, julho de 2009.



Figura 20: Localidade 'Vila do Xisto', casas e serraria. Rio Jacarezinho, Distrito do Curumú. Foto: André Torquato, março de 2009.



Figura 21: Jangada de madeira à espera de beneficiamento, Rio Buiussú, Distrito do Curumú. Foto: André Torquato, março de 2009.



Figura 22: Atual freguês de um pequeno patrão entregando sua produção de palmito, Rio Furo do Gil, Ilha do Mututi. Foto André Torquato, agosto de 2009.



Figura 23: Atual freguês de um pequeno patrão atuante na 'Ilha da Juliana', Rio Limãozinho, Distrito do Curumú, colhendo o fruto açai para entregar ao patrão. Foto: André Torquato, agosto de 2009.



Figura 24: Atual freguês de um pequeno patrão indo pra sua casa após ter sido 'aviado', Rio Furo do Gil, Ilha do Mututi. Foto André Torquato, agosto de 2009.



Figura 25: Residência de um atual patrão atuante no "Rio Palheta", Distrito do Curumú. Foto: André Torquato, março de 2009.



Figura 26: Residência de uma família de fregueses de um pequeno patrão atuante no Rio Furo do Gil, Ilha do Mututi. Foto: André Torquato, agosto 2009.



Figura 27: Produtos em abundancia na Ilha do Mututi: acima arvores nativas do fruto açai, abaixo recurso hidrico e disponibilidade de sementes oleoginosas. Foto: André Torquato, agosto 2009.



Figura 28: "Lixo natural" que segue os cursos dos rios e nos quais os ribeirinhos encontram sementes oleaginosas como o pracaxi, a andiroba e o buriti. Foto: André Torquato, março de 2009.



Figura 29: Embarcação de médio porte pertencente a um patrão do Rio aranaí, Distrito do Curumú.
Foto: André Torquato, março de 2009.



Figura 30: Posto de combustível na cidade de Breves/PA, propriedade de família de antigos patrões do interior do Município. Foto: André Torquato, junho de 2009.

ANEXO III

Tabela - 01

<i>DESCRIÇÃO DOS INFORMANTES CITADOS NO TEXTO.</i>				
<i>Informante</i>	<i>Categoria</i>	<i>Local de Atuação</i>	<i>Local da Entrevista</i>	<i>Idade / Ocupação Atual</i>
01	Freguês	Rio Mututi	Rio Mututi	78 anos / Aposentado
02	Freguês	Rio Parárijó	Breves/PA	90 anos / Aposentado
03	Freguês	Rio dos Macacos	Vila dos Macacos	76 anos / Aposentado
04	Familiar de Patrão	Rio Mututi	Breves/PA	63 anos / Madeireiro
05	Freguês	Rio Jacaré Grande	Vila Ilha da Juliana	65 anos / Lavrador
06	Familiar de Patrão	Ilha do Mututi	Belém/PA	64 anos / Comerciante
07	Freguês	Ilha do Mututi	Ilha do Mututi	91 anos / Aposentado
08	Freguês	Ilha do Mututi	Ilha do Mututi	68 anos / Aposentado
09	Freguês	Rio dos Macacos	Vila dos Macacos	87 anos / Aposentado
10	Freguês	Rio Curumú	Vila Vista Alegre	93 anos / Aposentado
11	Freguês	Rio Buiussú	Vila Antonio Lemos	78 anos / Aposentado
12	Freguês	Rio Aranaí	Vila do Tinga	64 anos / Marinheiro e Lenhador
13	Familiar de Patrão	Rio Mututi	Breves/PA	63 anos / Comerciante
14	Freguês	Rio Tajapurú	Breves/PA	72 anos / Aposentado
15	Freguês	Rio Limão	Rio Limão	83 anos / Aposentado
16	Freguês	Ilha do Mututi	Ilha do Mututi	71 anos / Pequeno Comerciante
17	Freguês	Ilha do Mututi	Ilha do Mututi	69 anos / Comerciante Itinerante
18	Freguês	Ilha do Mututi	Ilha do Mututi	65 anos / Aposentado
19	Freguês	Ilha do Mututi	Breves/PA	68 / P. Comerciante e Aposent.
20	Freguês	Rio dos Macacos	Vila dos Macacos	81 anos / Aposentado

ANEXO IV

Tabela - 02

ESPÉCIES MADEIREIRAS EXTRAIDAS E MANUFATURADAS NO PERÍODO ESTUDADO				
Nome Comum	Nome Científico	“Bitola”	Utilização	Valor na fonte*
Anani	<i>Symphonia, globulifera</i>	Tábua	Construção de Casas	R\$ 23,00 Dúzia
Andiroba	<i>Carapa guaianensis</i>	Tábua	Construção de Casas	R\$ 28,00 Dúzia
Macacaúba	<i>Platymiscium filipes</i>	Tábua, Esteios, Flechais, Pernamancas e Ripas.	Moveis e Construção de Casas	R\$ 50,00 Dúzia**
Maçaranduba	<i>Pouteria sagotiana</i> Eyma	Tábua, Esteios, Flechais, Pernamancas e Ripas.	Moveis e Construção de Casas	R\$ 28,00 Dúzia**
Pau-mulato	<i>Callycophyllum spruceanum</i>	Tábua, Esteios, Flechais, Pernamancas e Ripas.	Moveis e Construção de Casas	R\$ 28,00 Dúzia**
Pracuúba	<i>Mora paraensis</i>	Tábua, Esteios, Flechais, Pernamancas e Ripas.	Construção de Casas	R\$ 28,00 Dúzia**
Virola	<i>Virola surimamensis</i>	Tábua	Forma para Concreto	R\$ 17,00 Dúzia***
<p>* Valores praticados em agosto/2009. ‘Serraria do Samuel’, Rio Furo do Gil – Ilha do Mututi.</p> <p>** Tábua de 1 polegada.</p> <p>*** Tábua de ¾.</p>				

ANEXO V

RIOS VISITADOS NO MUNICÍPIO DE BREVES/PA QUANDO DA PESQUISA DE CAMPO

Rio Abacate, Rio Amazonas, Rio Anajás, Rio Aranai, Rio Aranaizinho, Rio Arrozal, Rio Boa Vista, Rio Boto, Rio Buiussú, Rio Camarão, Rio Carapanã, Rio Carapanã Branco, Rio Carapanã Preto, Rio Chinchorra, Rio Contra Maré, Rio Corre do Aranai, Rio Curumú. Rio Curumuzinho, Rio da Direita, Rio do Meio, Rio dos Macacos, Rio Furo das Terras, Rio Furo do Alfaia, Rio Furo do Gil, Rio Furo do Rato, Rio Furo Grande, Rio Ilha da Roberta, Rio Ilha do Mutum, Rio Ipixuna do Leite, Rio Ituquara, Rio Jacaré Grande, Rio Jacarezinho, Rio Jaranduba, Rio Lava Cara, Rio Limão, Rio Limãozinho, Rio Manteiga, Rio Mariai Grande, Rio Mariaizinho, Rio Mutunquara, Rio Mututi dos Amorim, Rio Mututi dos Melos, Rio Palheta, Rio Pereira, Rio Ponteira, Rio Pracuúba, Rio Preto, Rio Purure Grande, Rio Rosa, Rio Socó, Rio Tajapurú, Rio Tambaqui, Rio Torra, Rio Três Bocas, Rio Valentim e Rio Vieira.